

ANO 56
228
junho 2009

ABR
MAY
JUN
JUL
AGO
SET
OCT
NOV
DEZ

Sistema
FIEG

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás



ENTREVISTA

Investimentos em infraestrutura de transportes compensam barreiras comerciais, diz José de Freitas Mascarenhas, do Coinfra/CNI

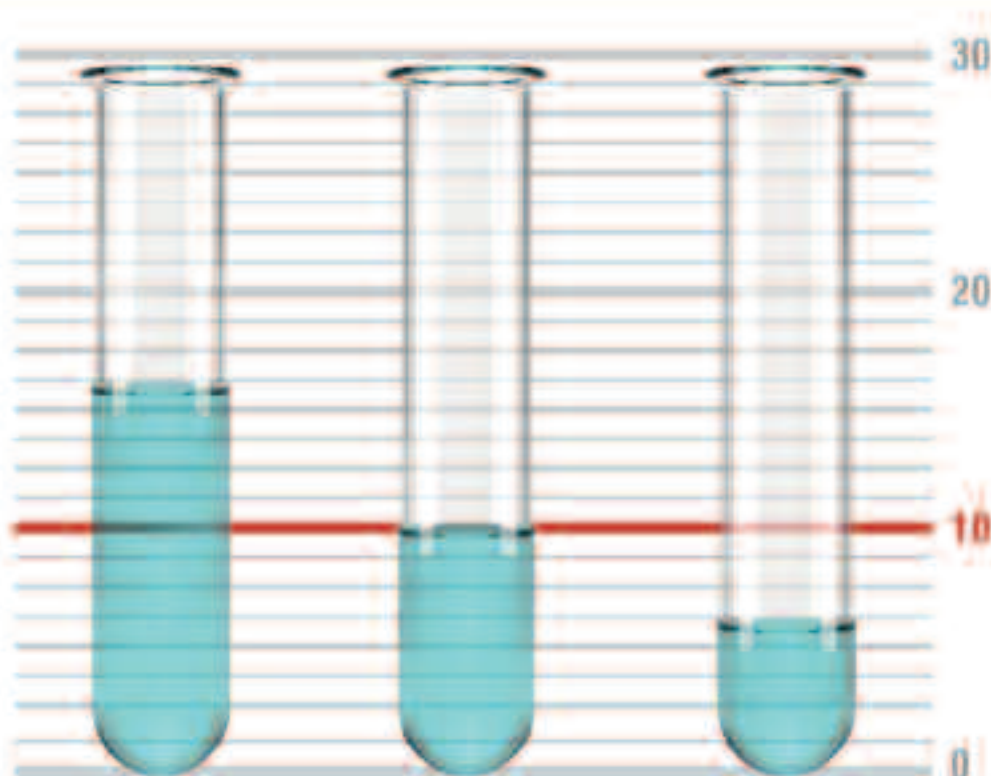
COMÉRCIO EXTERIOR

DEZ ANOS DE RECORDES

Puxadas pelo complexo soja e seus derivados, exportações goianas triplicam participação nas vendas externas do País desde 1998 na primeira década de atuação do CIN Goiás

**Nem um pouco a mais nem um pouco a menos.
Na medida, de acordo com normas e especificações técnicas.**

Associação Fieg/IEL



Programas de Comparação Interlaboratorial

Requisitos da Norma NBR ISO/IEC 17025 são o meio para laboratórios de análises avaliar desempenho e demonstrar confiabilidade dos dados produzidos. Quem participa ganha diferencial de mercado e garante à sociedade resultados confiáveis.

Rodadas para 2009

Massa

Inscrições: 13 a 31/07/2009

Água

Inscrições: 17/08 a 04/09/2009

Pressão

Inscrições: 28/09 a 02/10/2009

Informações: (62) 3219-1440 / www.ielgo.com.br



O CIN da Fieg promove a cultura exportadora, proporcionando condições para que empresas goianas se insiram no comércio internacional

Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

Cultura exportadora, missão do CIN

As exportações goianas cresceram 972% nos últimos dez anos, saltando de US\$ 381 milhões em 1998 para US\$ 4,09 bilhões em 2008, puxadas pelo complexo soja e carnes – bovina, suína e de aves.

O Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás orgulha-se de haver contribuído nesse sucesso. Seu Centro Internacional de Negócios de Goiás (CIN), criado em 16 de agosto de 1999 como resultado de parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Agência de Promoção de Exportações (Apex), possui quase a mesma idade dessa magnífica transformação econômica. Antes disso, ele já constituía um núcleo pioneiro nessa área, mantido pela Fieg.

Desde 2000, o CIN recebe o apoio estratégico do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, atualmente presidido pelo empresário Heribaldo Egídio. Hoje, integra a Rede CIN, coordenada pela CNI, composta de 27 centros internacionais de negócios.

Fato marcante da ascensão do CIN foi o árduo trabalho conjunto com a Mitsubishi, na busca do início das exportações de sua fábrica de Catalão para o Mercosul. Era preciso chegar a um percentual mínimo de nacionalização de seu veículo para



obtenção dos benefícios aduaneiros daquele tratado. Então, analistas do CIN e da montadora recalcularam dezenas de vezes a origem de cada peça, para que a empresa a substituisse até alcançar a cota exigida.

Nova etapa ocorreu em 2003, proporcionando ao CIN da Fieg status de importante instituição no comércio exterior de Goiás, com a realização, em Goiânia, do Encontro Econômico Brasil-Alemanha, organizado pela CNI e sua correspondente entidade naquela nação europeia, o Bundesverband der Deutschen (BDI), apoiado pelo Conselho Integrado das Câmaras de Comércio e Indústria Alemãs no Brasil. Pela primeira vez, evento internacional de tamanha relevância no Brasil saiu do eixo sul-sudeste, trazendo a Goiás representantes das principais empresas alemãs. Em 2007, o CIN recebeu o

reconhecimento e o prêmio maior da Fundação Instituto de Administração da USP (FIA), por meio da revista *Análise* como a melhor iniciativa em programas de internacionalização de empresas.

O CIN participa do AI Invest, programa da Comissão Europeia, iniciado em 1994, com o propósito de impulsionar e fortalecer a cooperação econômica entre empresas do Velho Mundo e latino-americanas, através de investimentos e fluxo comercial. Executa dois programas pioneiros de internacionalização: Start Export, para estruturação de empresa que tem por objetivo exportar, e Exporta CIN, direcionado a empresa exportadora estruturada em busca de mercado. Em Goiás, é o único emissor de Certificado de Origem, documento obrigatório que garante a procedência de produtos e acesso preferencial a mercadorias brasileiras em várias nações.

Atualmente, dois são seus maiores desafios: consolidação da pós-graduação em Gestão de Comércio Exterior, com sua primeira turma diplomada no final do ano, em parceria com a Aduaneiras, o Senai e o Sebrae, e a implantação de uma unidade de atendimento Apex em seus serviços.

Com tantas frentes de atuação, o CIN da Fieg promove o desenvolvimento da cultura exportadora em Goiás, proporcionando condições para que mais empresas goianas se insiram, de forma sustentável, no comércio internacional. ■



CAPA

26 Nos últimos dez anos, sob liderança do complexo soja e das carnes, as exportações goianas cresceram muito mais do que a taxa média de incremento observada para o setor no restante do País. A participação de Goiás nas vendas externas brasileiras, que se limitava a 0,7% em 1998, avançou para mais de 2% ano passado. As exportações goianas somaram US\$ 4,092 bilhões em 2008, valor recorde em toda a série histórica das exportações no Estado. Parte desse desempenho deve-se aos esforços realizados pelo Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN Goiás) para promover a internacionalização da indústria goiana. Criado em 1999, o CIN Goiás completa agora seu 10º aniversário tendo diante de si o desafio de promover a capacitação das empresas na área de comércio exterior em um momento de crise na economia mundial.



QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES

20 Um grupo de sete indústrias instaladas em Luziânia, na região do Entorno do Distrito Federal, decidiu agir para mudar o cenário na região. Até então, apenas 3% das compras realizadas pelas maiores indústrias locais eram realizadas ali mesmo. A iniciativa inclui a preparação de 45 pequenas empresas por meio do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), do IEL. Trabalho semelhante será realizado na área do Porto Seco Centro-Oeste.

índice

QUALIDADE DE LAJES

14 Há 29 anos no mercado, a Lajes Anapolina foi uma das empresas do setor que participaram, com sucesso, do Programa Goiano de Qualidade de Lajes Pré-Fabricadas (PGQL). Juntamente com outras fabricantes de lajes treliçadas, a empresa recebeu a certificação conferida pelo ICQ Brasil no dia 28 de maio, em solenidade realizada na sede da Fieg. Os avanços realizados nas áreas de gestão financeira e organizacional, com maior eficiência na produção e na aferição de custos, permitiram à empresa ganhos de 10%, calculados com base no custo das matérias-primas.

DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO

16 Os sindicatos que aderiram ao Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), resultado de parceria entre Fieg e CNI, comemoram os resultados dos esforços e recursos aplicados na implantação do projeto. O objetivo do programa é assegurar a sustentabilidade e reforçar a representatividade dos sindicatos da indústria no Estado.

ENTREVISTA

8 Apesar do recente aumento no valor dos empenhos de recursos para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incluídas no Orçamento Geral da União (OGU), o ritmo desses projetos ainda deixa muito a desejar. Na análise do presidente do Coinfra/CNI, José de Freitas Mascarenhas, a aceleração de investimentos em infraestrutura de transportes traria ganhos de produtividade muito mais efetivos para o País.



INOVAÇÃO

24 Rejeitado pela indústria de fertilizantes, o fosfogesso tem sido armazenado a céu aberto, gerando um passivo ambiental do tamanho de 150 milhões de toneladas – e que cresce 5 milhões de toneladas a cada ano. Ex-aluna da habilitação técnica em química industrial da Escola Senai Catalão, Cláudia Neiva Duarte desenvolveu técnica para aproveitamento do rejeito na produção de tijolos, o que seria uma solução para aquele passivo.

ALIMENTAÇÃO NOS CANTEIROS

40 O programa Alimentação Saudável na Indústria, numa parceria entre Sesi, Coopercon, Sinduscon e Seconci, pretende fornecer refeição de qualidade aos operários e, dessa forma, garantir maior produtividade.



GOIASINDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,
Geraldo Neto, Débora Orsida,
Jávier Godinho

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvia Simões

Foto da capa:

Weimer Carvalho

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

www.clarimcomunica.com.br

contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

Superintendência da Fieg

(62) 3219-1470

(62) 3219-1720

Fotolito e impressão

Gráfica Talento

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente:

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300
Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente: Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria
Diretor Regional:
Paulo Afonso Ferreira
Superintendente:
Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi
Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional: Daniel Viana
Superintendente: Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Marley Antônio da Rocha
Joviano Teixeira Jardim
Frederico Martins Evangelista
Jorge Luiz Biasuz Meister
Aluisio Quintanilha de Barros
João Essado
Flávio Paiva Ferrari
Eduardo Cunha Zuppani
Laerte Simão
Luiz Antônio Vessani
José Vieira Gomide Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Fábio Rassi
Sávio Cruvinel Câmara
Elton Teles de Campos
José Luiz Martin Abuli
Eurípedes Felizardo Nunes
Aldrovando D. de Castro Júnior
José Magno Pato
Domingos Vilefort Orzil
Roberto Guimarães Mendes
Raimundo Viana Dutra
Carlos Alberto Diniz
Humberto Rodrigues de oliveira
Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer

Daniel Viana

Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira
Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Álvaro Otávio Dantas Maia
Aurelino Antônio dos Santos
Carlos Alberto Diniz
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos José de Moura Júnior
Carlos Queiroz de Paula e Silva
Carlos Roberto Viana
César Helou
Cyro Miranda Gifford Júnior
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Domingos Vilefort Orzil
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo Gonçalves
Elton de Teles Campos
Emílio Carlos Bittar
Ermani Martins Almeida
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Francisco Gonzaga Pontes
Francisco de Paula e Silva
Henrique Wilhem Morg de Andrade
Hélio Naves
Heno Jácomo Perillo
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jairo França
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Jorcelino José Simões Neto
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Francisco de Souza
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romaldo Maranhão Neto
José Vieira Gomide Júnior
Laerte Simão
Leonardo Jayme de Arimatéa
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Carlos de Moura
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Manoel Paulino Barbosa
Mário Drummond Diniz
Marley Antônio Rocha
Mário Renato Guimarães Azeredo
Moacyr Rabello Leite Neto
Nelson Pereira dos Reis
Onofre Andrade Pereira
Orizomar Araújo de Siqueira
Paulo Afonso Ferreira
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Roberto Elias de Lima Fernandes
Rubens Luiz Bernardes
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Sebastião Elias Barbosa
Segundo Braoios Martinez
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wellington Soares Carrijo
Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento

Tecnológico e Inovação

Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

Vice-Presidente

Célio de Oliveira

Conselho Temático de Política Econômica

Presidente

Beyle de Abreu Freitas

Vice-Presidente

Marley Antônio Rocha

Conselho Temático de Relações de Trabalho

Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Vice-Presidente

Ricardo Roriz

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Sousa Almeida

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha

Vice-Presidente

Rodrigo Penna Siqueira

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Henbaldo Egídio

Vice-Presidente

Igor Montenegro Celestino Otto

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Alexandre Costa

Vice-Presidente

Marduk Duarte

Rede Metrológica Goiás

Presidente

Henbaldo Egídio

Câmara Setorial de Mineração Presidente

Luiz Antônio Vessani

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-

5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
Presidente: Ermani Martins de Almeida
Fone/Fax (62) 3224-8688

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana
Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
Presidente: Moacyr Rabello Leite Neto
Fone/Fax (62) 3223-6667
sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: Flávio Ferrari
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
Presidente: José Magno Pato

Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarne@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira
Fone/Fax (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: Aurelino Antônio dos Santos
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: João Essado
Fone/Fax: (62) 3212-3970
sindicurti@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3212-6092
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente: César Helou
Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 3224-0422
sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
Presidente: José Francisco de Souza
Fone (62) 3224-0121
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: Manoel Paulino Barbosa
Fone/Fax (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moínhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: André Lavor Pagels Barbosa

Fone (62) 3223-9703
sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3213-0378
sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: Marley Antônio da Rocha
Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFACÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: Eurípedes Felizardo Nunes
Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-

550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
contato@sinduscongoias.com.br

Anápolis

**Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO
CEP 75113-630 Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3311-5565
sind.industria@terra.com.br**

SIAA

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: Eduardo Gonçalves

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Ensaio para o futuro

■ Lauro Veiga Filho

Nos últimos meses, observa-se um incremento no empenho de recursos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) incluídas no Orçamento Geral da União (OGU), passo que antecede a realização efetiva do gasto. Mas a velocidade desses investimentos, sobretudo em um momento de crise e, mais recentemente, de retomada da tendência de apreciação do real frente ao dólar, ainda não é a desejável, afirma o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (Coinfra/CNI), José de Freitas Mascarenhas, em entrevista à *Goiás Industrial*.

Ele recorre a estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais mostram que a melhoria na infraestrutura de transportes, no caso brasileiro, traria ganhos de produtividade muito mais efetivos do que vitórias eventuais em disputas comerciais para acessar mercados hoje sob proteção. Seria um caminho mais produtivo, ainda, para compensar o recuo dos investimentos privados e, ao mesmo tempo, preparar o País para a próxima fase de crescimento, depois de vencida a crise atual.

Goiás Industrial – Já é sabido e reconhecido que os gargalos na infraestrutura continuam emperrando o crescimento da economia e as oportunidades de geração de negócios ao afetarem a competitividade sistêmica da indústria e de toda a economia brasileira. Num período mais recente, é possível apontar avanços nessa área?

José de Freitas Mascarenhas – No Brasil, durante duas décadas, investiu-se muito pouco em infraestrutura, o que implicou em um grande déficit nesse setor. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representa um avanço importante em relação ao passado recente. Está resgatando muitas obras paralisadas, sem recursos, nem cronograma, ao lado de iniciar outras necessárias. Ele ordena, coordena, mede o avanço e eleva a transparência dos investimentos na área da infraestrutura. Entretanto, apesar do respaldo político e novos instrumentos de gestão para identificar entraves, o PAC ainda não alcançou a celeridade desejável para o bom sucesso do programa.

E, mais importante, o volume anual de investimentos previsto não atinge



“Apesar do respaldo político e novos instrumentos de gestão para identificar entraves, o PAC ainda não alcançou a celeridade desejável”

valores mínimos compatíveis com a imperativa necessidade de recuperação do déficit na infraestrutura brasileira.

Goiás Industrial – Na avaliação do Coinfra, quais poderiam ser considerados hoje os principais obstáculos para a recuperação e modernização dessa infraestrutura, seja no campo institucional ou na área técnica?

Mascarenhas – Do ponto de vista da implantação dos programas, a recuperação do déficit de infraestrutura tem sido penalizada por, pelo menos, quatro fatores: grave deficiência de gestão da máquina pública no setor de transportes e portos, onde faltam planejamento e controle de execução das ações; baixa capacitação dos quadros técnicos em certas áreas do setor público vinculadas à execução da infraestrutura; baixa participação do setor privado nos investimentos do PAC; obstáculos legais e



“Do ponto de vista do investimento, devemos estar despendendo anualmente cerca de 2,5% do PIB, quando o necessário deve ser, no mínimo, o dobro”

regulatórios. Do ponto de vista do investimento, devemos estar despendendo, anualmente, cerca de 2,5% do PIB, quando o necessário deve ser, no mínimo, o dobro.

Goiás Industrial – Em que segmentos os problemas são mais urgentes? Portos, aeroportos, estradas, ferrovias, geração e transmissão de energia, habitação?

Mascarenhas – Os setores mais deficientes são os de infraestrutura de transporte, como visto, e saneamento. No setor de saneamento, ainda há um longo caminho a ser percorrido até o País atingir a universalização dos serviços, sobretudo no que se refere ao esgotamento sanitário. Segundo o Ministério das Cidades, somente 48% da população contava com redes de coleta de esgoto em 2006. E apenas 32% do esgoto que se coleta é tratado. A iniciativa privada deveria ter papel mais relevante na exploração dos serviços concedidos. Em várias cidades existem dificuldades de gestão pelo poder público, que inviabilizam a obtenção de recursos ou, quando obtidos, na sua transformação em projetos e obras. Essa situação ocorre principalmente nas prefeituras, onde faltam técnicos qualificados para promover os empreendimentos.

Goiás Industrial – Especificamente no caso de aeroportos e portos, de que forma esses gargalos têm afetado o comércio exterior brasileiro, num momento de crise e de retração na demanda global?

Mascarenhas – Nesse momento de crise, os problemas foram contidos pela redução das exportações

em função da retração da demanda externa. Deveríamos então aumentar o volume dos investimentos públicos na infraestrutura para compensar a redução geral dos investimentos privados e, simultaneamente, preparar o País para a fase de retorno ao crescimento. Na área portuária, há enormes dificuldades em encaminhar soluções aos problemas acumulados, apesar do bom discurso da Secretaria Especial de Portos (SEP). No setor aeroviário, está sendo bem visto o esforço de melhoria de desempenho da Infraero, que deverá ser concluído com algum meio de aporte de recursos privados, em estudos pelo BNDES. Não pode haver mais descuidos nessas áreas sob pena de enfrentarmos, no futuro, problemas de grande monta para nosso comércio exterior brasileiro.

Goiás Industrial – Ainda levando-se em conta o cenário de crise, numa consideração hipotética, a solução desses gargalos logísticos poderia amenizar ou mesmo compensar os efeitos negativos da apreciação do real, que volta a se valorizar frente ao dólar em velocidade superior àquela experimentada por outras moedas ao redor do mundo?

Mascarenhas – Certamente. Temos de aumentar substancialmente nossa competitividade para fazer melhorar a posição do País no comércio internacional, onde só os mais eficientes têm sucesso. A boa logística de transportes é elemento central. Há estudos do BID que concluem serem bem mais efetivos os ganhos de competitividade obtidos pela melhoria da infraestrutura de transportes no Brasil que pelos ganhos que possam ser alcançados



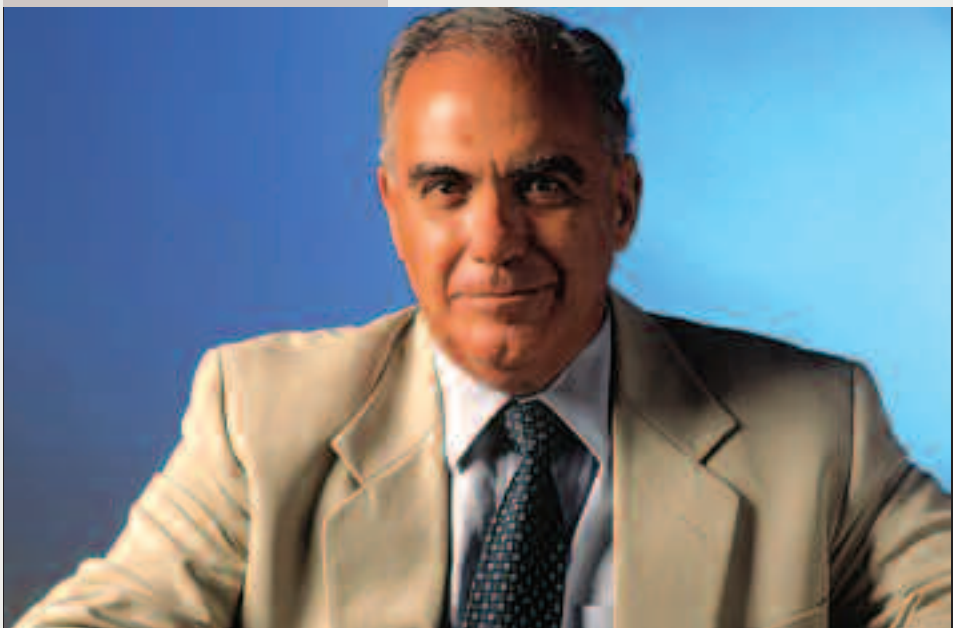
nas disputas pelo comércio internacional menos protegido.

Goiás Industrial – A crise financeira mundial, que tem afetado o nível da atividade econômica no País e, como consequência, a arrecadação de impostos, teve alguma influência na realização de investimentos na área de infraestrutura (assim como tem afetado o nível de investimentos geral na economia)? Ou há recursos para tocar as obras e os problemas seriam de outra ordem?

Mascarenhas – Essa é uma questão interessante, pois a crise deveria proporcionar enormes melhorias na infraestrutura, como, aliás, vem acontecendo em boa parte dos países. A sustentação do crescimento exige taxas elevadas de investimento e a infraestrutura é seu melhor uso. Mas note que disponibilidade de recursos financeiros não é nosso problema principal do momento, mas sim, como visto, a capacidade de bem empregá-los pelo Estado. Na área privada, ainda há problemas para o financiamento das obras, mas nada que não possa ser resolvido a tempo.

Goiás Industrial – Há nítido descontentamento em relação à velocidade de execução dos investimentos previstos no Orçamento Geral da União (OGU) para o PAC. É possível dizer que a qualidade na execução orçamentária registrou alguma melhoria numa fase mais recente ou os problemas permanecem os mesmos?

Mascarenhas – No acompanhamento que o Coinfra/CNI faz mensalmente da execução financeira do OGU, foi observado nos últimos dois meses, um ritmo mais intenso de empenhos, que constituem um passo anterior à execução das obras e projetos. Assim, em março e abril houve um volume expressivo de recursos que ganharam essa rubrica,



ou seja, estão destinados a ações específicas do PAC. Entretanto, os níveis de execução das obras previstas no OGU 2009 e do pagamento das mesmas continuam em ritmo lento.

Goiás Industrial – Em meados de maio, a Controladoria Geral da União (CGU) divulgou um balanço sobre 123 obras fiscalizadas em 50 municípios, escolhidos por sorteio. O resultado mostra 68% das obras ainda não iniciadas. Entre as 39 com obras em andamento, quase metade delas (18) apresentava alguma forma de irregularidade ou atraso. Até que ponto a alegada falta de recursos contribui para retardar investimentos em infraestrutura e até que ponto há outros fatores envolvidos, extraorçamentários?

Mascarenhas – Como afirmei anteriormente, o problema não está, no momento, na falta de recursos financeiros. Será necessário mais cedo ou mais tarde proceder-se a uma reengenharia nessas áreas de investimento público para melhorar a gestão e aumentar a capacidade de investir da economia. A CNI, por meio do Coinfra, já deu uma colaboração realizando estudos técnicos nessa direção e oferecendo-os ao governo.

Goiás Industrial – O TCU tem sido criticado por sua atuação, ao impor critérios supostamente muito mais rigorosos do que o necessário na avaliação de licitações e concorrências, contratação e execução de obras. O Coinfra concorda com essas críticas? Quais as soluções possíveis, já que o TCU tem como função insti-

“DEVERÍAMOS AUMENTAR INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA INFRAESTRUTURA PARA COMPENSAR A REDUÇÃO GERAL DOS INVESTIMENTOS PRIVADOS E, SIMULTANEAMENTE, PREPARAR O PAÍS PARA A FASE DE RETORNO AO CRESCIMENTO”

tucional fiscalizar e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos?

Mascarenhas – Essa é uma questão sensível e complexa. Não se pode pedir a redução da fiscalização do TCU. Parece, no entanto, que é necessário ordenar melhor o processo de acompanhamento das obras. É preciso aumentar a qualificação dos quadros do Executivo federal, em especial na área de transportes, para equilibrar o “confronto de competências” com órgãos como o TCU e o Ministério Público. Muitas vezes as questões são exclusivamente técnicas e, nesse caso, vencem as posições dos mais competentes, resultando em obras paralisadas e descontinuadas desnecessariamente. Se o planejamento e os projetos fossem mais bem elaborados, as estratégias de execução mais bem conformadas, certamente haveria bons avanços

para o cronograma das obras.

Goiás Industrial – O trabalho dos órgãos ambientais, da mesma forma, vem sendo alvo de críticas. Essas críticas, em parte relacionadas à suposta morosidade dessas instituições, têm sustentação em fatos? Há excessos nas exigências ambientais ou o problema não estaria em projetos malfeitos ou confeccionados sem observar as exigências da legislação?

Mascarenhas – Aí também não existem santos. Certamente, pode haver, em alguns casos, necessidade de melhoria na elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Entretanto, no outro lado, há evidentes exageros inclusive nos

prazos requeridos para a emissão das licenças. A maior celeridade anunciada pela nova gestão do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) vem contribuindo, mas ainda não o suficiente.

Goiás Industrial – Em Goiás, as obras do PAC caminham também com lentidão. A Ferrovia Norte-Sul, com conclusão prevista para 2010, parece esbarrar nas mesmas dificuldades dos demais projetos do PAC, enquanto a crise provocou o adiamento dos leilões de alguns trechos previstos para este semestre. O aeroporto de Goiânia, que deveria ficar pronto em 2008, está paralisado. Qual a avaliação do Coinfra sobre esses e outros projetos incluídos no PAC para o Estado?

Mascarenhas – De fato, de uma maneira geral é caso igual a tantos outros. Especificamente, preferimos aguardar o levantamento que os companheiros da Fieg irão nos apresentar em breve neste campo. Temos registros de que, até 2010, estão previstos investimentos no âmbito do PAC da ordem de R\$ 12,7 bilhões para o Estado de Goiás, além de outros R\$ 12,6 bilhões de investimentos regionais no Estado. Trata-se de investimentos consideráveis, que poderão atrair outros à medida que sejam concluídos. Inclusive o próprio PAC prevê que sejam investidos mais R\$ 7,5 bilhões após 2010. Os atrasos nesses investimentos certamente causam preocupação.

Goiás Industrial – De que forma a iniciativa privada tem contribuído para incrementar os investimentos em infraestrutura no País?

Mascarenhas – Por meio principalmente das concessões, o setor privado tem contribuído para diminuir o déficit do setor de infraestrutura. O uso desse mecanismo deve ser ampliado, pois será uma medida benéfica para todos. ■

UM FÓRUM DEMOCRÁTICO



Trennepohl, mestre em Direito Ambiental: palestra realizada na Fieg para debater licenciamento ambiental

Conselhos permitem debate mais profundo desde questões ambientais até novas tecnologias, passando pelas grandes questões macroeconômicas

A partir de 2001, relembra o diretor secretário da Fieg, Hélio Naves, decano da indústria no Estado, seguindo modelo adotado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a federação decidiu estabelecer uma rede de conselhos temáticos com a missão de levantar e debater temas estratégicos para a indústria. Desde lá foram criados dez conselhos, a Rede Metalúrgica Goiás e a Câmara Setorial de Mineração, que cumprem o papel de refinar projetos e soluções em áreas tão diversas quan-

to meio ambiente, responsabilidade social, tecnologia e inovação, macroeconomia, pequenas e médias empresas, agronegócio, comércio exterior, infraestrutura, relações do trabalho e formação de novos empreendedores e lideranças empresariais.

Naves qualifica os conselhos como “uma importante ferramenta criada pela Fieg para aprofundar temas que afetam diretamente a indústria goiana, consultando todos os setores envolvidos, de forma democrática”. As primei-

ras comissões instaladas, prossegue ele, para reforçar seu argumento, respondiam a questões prementes, como o debate sobre legislação e preservação do meio ambiente, relações do trabalho e infraestrutura – assuntos que ainda monopolizam as atenções do setor.

Mais recentemente, entre vários outros instalados ao longo desse tempo, levanta Naves, vieram os conselhos temáticos de jovens empresários, preocupado em promover a renovação do sistema, formando novas lideranças, comércio exterior e agronegócio. “Os conselhos estudam profundamente propostas para as questões que a Fieg tem de lidar no seu dia-a-dia, detalhando soluções que melhor se aplicam aos interesses do setor e da sociedade”, afirma.



Da esquerda para a direita, brigadeiro Cleonilson discute infraestrutura aeroportuária; Alberto Guimarães, presidente da PMCC, fala sobre alcoolduto; e Bittencourt Netto, sobre perspectivas para pesquisa de urânio

Discussões transversais

O trabalho dos conselhos, acrescenta Wellington da Silva Vieira, coordenador técnico da Fieg, tem se realizado de forma conjunta numa fase mais recente, combinando esforços para discutir temas que, na verdade, são transversais, perpassando vários ou todos os setores da indústria. Enquadram-se nessa categoria os debates sobre meio ambiente e responsabilidade social, infraestrutura e política econômica, entre outros. Vieira recorda reunião de trabalho promovida recentemente pelos conselhos de infraestrutura e de comércio exterior com o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), brigadeiro Cleonilson Nicacio Silva. Na discussão, as obras do novo terminal aeroportuário de Goiânia, que teve sua licitação aberta em julho de 2002.

Depois de suspensão por interferência, primeiro, da Justiça Federal e, mais tarde, do Tribunal de Contas da União (TCU), a licitação foi cancelada, abrindo nova discussão na Justiça com as empreiteiras Via Engenharia e Odebrecht, que respondiam pela construção do aeroporto. A previsão, sujeita a confirmação, é de retomada das obras apenas em 2010, o que permitira sua conclusão em junho de 2012.

Na área de relações trabalhistas, tem sido realizado um trabalho constante de acompanhamento e discussão das mudanças na legislação do setor e da Previdência, de forma não só a manter as empresas atualizadas, mas preparando o sistema para responder, quando necessário, com propostas e sugestões. O conselho temático do setor, continua Vieira, também tem se encarregado da implantação do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), destinado a assegurar sustentabilidade política e financeira aos sindicatos da indústria.

O Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa, aponta Vieira, desempenhou papel fundamental no debate sobre o Simples e na sua adaptação para Goiás, contribuindo com alternativas mais adequadas, no setor tributário, para as empresas de menor porte do Estado.

O coordenador técnico da Fieg lembra, ainda, que projetos de alcance socioambiental, como o de coleta seletiva de lixo, nasceram das parcerias firmadas entre o Conselho Temático de Responsabilidade Social, Prefeitura de Goiânia e diversas outras instituições e empresas privadas.

CONSELHOS TEMÁTICOS E SEUS PRESIDENTES

■ Desenvolvimento Tecnológico e Inovação Ivan da Glória Teixeira	■ Responsabilidade Social Antônio de Sousa Almeida
■ Meio Ambiente Henrique Morg de Andrade	■ Agronegócios André Luiz Baptista Lins Rocha
■ Infraestrutura Roberto Elias de Lima Fernandes	■ Comércio Exterior e Negócios Internacionais Heribaldo Egídio
■ Política Econômica Beyle de Abreu Freitas	■ Fieg Jovem Alexandre Costa
■ Relações do Trabalho Orizomar Araújo de Siqueira	■ Rede Metrológica Goiás Heribaldo Egídio
■ Micro e Pequena Empresa Humberto Rodrigues de Oliveira	■ Câmara Setorial de Mineração Luiz Antônio Vessani

Agricultura e energia nuclear

A escalada dos preços dos insumos ao longo dos últimos dois anos, especialmente no caso dos fertilizantes, assim como as exigências de rastreabilidade, impostas pelo mercado europeu têm merecido atenção do Conselho Temático do Agronegócio, afirma Wellington da Silva Vieira. O conselho de comércio exterior tem se ocupado de debates sobre a conjuntura internacional, apoiando eventos como os Encontros de Comércio Exterior (Encomex), promovidos pela Apex. No setor ambiental, os esforços concentram-se no debate de temas como licenciamento e legislação. Recentemente, o conselho ligado ao setor na Fieg conseguiu adiar por cinco anos a entrada em vigor de lei estadual que prevê a substituição de sacolas plásticas.

Em conjunto com o Fórum de Entidades Empresariais, a Fieg recebeu, no início de maio, o mestre e doutor em Direito Ambiental, Terence Dorneles Trennepohl, que falou aos empresários sobre os impactos da legislação ambiental sobre as atividades produtivas. Na área de mineração, Otto Bittencourt Netto, diretor de Recursos Minerais da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e James Glen Baughman, presidente da norte-americana US Uranium Corp, discutiram a retomada de pesquisas com urânio e as possibilidades para o gás natural em Goiás.

Um produto certificado

Fabricantes de lajes apostam na capacitação e na certificação do que produzem para conquistar novos espaços no mercado da construção

A Lajes Anapolina, empresa que atua há 29 anos no mercado, mede seu grau de sucesso após a adesão ao Programa Goiano de Qualidade de Lajes Pré-Fabricadas (PGQL) com base nos avanços alcançados nas áreas de gestão financeira e organizacional. A maior capacidade de projetar e controlar seus custos, o aumento da produtividade por empregado, a redução no retrabalho e nos desperdícios ao longo do processo de produção de lajes treliçadas significaram ganhos correspondentes a 10% do custo das matérias-primas utilizadas.

Atualmente com 12 empregados e produção mensal em torno de 5 mil m² de lajes treliçadas e convencionais, a empresa aderiu ao programa desde seu início, em agosto de 2007, relata Luiz Ledra, controlador da Lajes Anapolina. “Seguimos toda a programação à risca”, afirma ele. Isso incluiu participação integral nos cursos de capacitação em gestão empresarial, boas práticas de produção, gestão da qualidade do processo, gestão estratégica e financeira, qualificação na área comercial e capacitação em saúde laboral e segurança no trabalho.

“Na área técnica, o programa apenas corroborou a qualidade do processo já implantado pela empresa. Na parte de gestão financeira, entre outros aspectos, conseguimos realizar uma avaliação mais precisa dos custos”, afirma Ledra. No final de maio, ela foi uma das indústrias que receberam o selo do ICQ Brasil, órgão do Sistema Fieg.

QUEM É QUEM NO PGQL

O Programa Goiano de Qualidade de Lajes Pré-Fabricadas nasceu a partir de uma iniciativa do Sinprocimento, com recursos do Programa de Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procomp), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Sebrae Nacional, em parceria com Fieg, Sebrae e Sinprocimento, em Goiás, com execução do IEL Goiás. Duas dezenas de fabricantes de lajes de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Catalão, Itumbiara, Jataí e Formosa participaram do programa.

Testes e ensaios técnicos foram realizados pela Carlos Campos Consultoria e Construções, outro parceiro do PGQL.

Ledra: os efeitos concretos da certificação deverão ser percebidos em 30 ou 60 dias





Maciel: programa assegura rastreabilidade de todo o processo de produção

Novo diferencial de mercado

O empresário Luiz Ledra acredita que o mercado deverá acelerar a tendência de substituição das lajes convencionais pelas pré-fabricadas, que apresentam maior resistência e permite a cobertura de vãos mais amplos. A certificação do produto servirá como novo diferencial para a produção da Lajes Anapolina, assim como para as demais indústrias que passam a receber o selo de qualidade.

“Isso deverá trazer efeitos concretos em 30 ou 60 dias, especialmente entre clientes que atuam nos segmentos de obras de médio e grande porte, com a atuação de um responsável técnico”, aposta Ledra. No caso da Lajes Anapolina, além de enxugar custos, foi possível estabelecer rotinas, reordenar a produção, com implantação de novo layout, aprimorar a limpeza em toda a área da indústria e organizar sistemas mais eficientes de recebimento e armazenagem de matérias-primas, o que permitiu ainda a adoção de formas mais rigorosas de controle no almoxarifado.

Durante a execução do PGQL, a fábrica de Anápolis recebeu três visitas técnicas e cinco ou seis auditorias na área de gestão, rememora Ledra. O consultor Júlio César de

Deus Maciel, contratado pelo IEL, acompanhou a implantação do programa na Lajes Anapolina e em outras quatro empresas do setor. Numa primeira fase, detalha Maciel, foi realizada avaliação prévia das empresas e elaborado um diagnóstico da situação em cada uma delas, a partir da aplicação de um questionário com 66 questões, “chamadas de requisitos de gestão, referentes à gestão financeira, comercial, organizacional, da qualidade e saúde e segurança do trabalho, controle técnico de produção, incluindo toda a rastreabilidade da gestão dos processos de fabricação até uma avaliação dos fornecedores.”

Entre agosto de 2007 e dezembro do ano passado, prossegue Maciel, os diretores das empresas participantes do programa receberam treinamentos, minicursos e palestras técnicas. O consultor chegou a transferir sua residência literalmente para dentro de algumas empresas acompanhadas, ao longo do período de capacitação. Na sua avaliação, “o grande legado do projeto foi conscientizar o grupo de empresários de que para atender a demandas por qualidade é necessário a constância de propósito da alta direção na aplicação dos conceitos apreendidos.”

Programa modelo

Mestre em Estruturas e Materiais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), o engenheiro civil Robson Lopes Pereira foi responsável pelo desenvolvimento do método de ensaio de lajes adotado pelo PGQL. A principal inovação dessa técnica, conta ele, está no fato de permitir ensaios em laboratório que simulam as mesmas condições das obras. Os testes foram realizados pela Carlos Campos Consultoria e Construções.

Pereira prestou consultoria técnica às empresas incluídas no PGQL, avaliando as condições de produção e de atendimento ao cliente e os sistemas de recebimento e armazenagem de matérias-primas. O consultor destaca que o fabricante de lajes deve também se responsabilizar pela execução do projeto de montagem, além de responder pela liberação da concretagem. Na visão do gerente da Unidade de Indústria do Sebrae Goiás, Joel Rodrigues, o PGQL deve ser considerado como modelo. “Foi um trabalho desenvolvido a quatro mãos pelo Sebrae e pela Fieg, que trouxe os resultados mais positivos possíveis em decorrência do profissionalismo das instituições envolvidas e da boa aceitação pelos empresários”, destaca ele.

SELO DE QUALIDADE

- Comercial Miranda
- Concrefato - Artefatos de Cimento
- Construtora H.Obra Engenharia de Projetos
- Laje Leve
- Lajes Anapolina
- Lajes Castelo
- Lajes Dom Fernando
- Lajes Prumo
- Lajes Ribeiro
- Lajes Romana
- Lajes Santa Inês
- Lajes Serra Dourada
- Lajes Vibracon
- Roma Lajes
- Só Lajes

A CAMINHO DA MODERNIZAÇÃO

Programa de Desenvolvimento Associativo conclui módulos de capacitação de líderes sindicais em Goiás e persegue metas mais ambiciosas

Lançado em agosto do ano passado pela Fieg, numa parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) decola em Goiás, com a adesão de sindicatos representativos da indústria goiana. Seu objetivo: promover a reestruturação da organização sindical, modernizar os sindicatos, capacitar lideranças e formar novos líderes com visão do mundo sindical e empresarial. A ideia, daqui em diante, é incrementar a adesão das entidades que representam o setor industrial.

A evolução experimentada recentemente pela atividade sindical e a possibilidade de mudanças na legislação aplicada ao setor passam a exigir um novo perfil da representação, o que implica mudanças na estrutura dos sindicatos de forma a que possam oferecer aos associados serviços de maior valor agregado. A estrutura renovada dos sindicatos abre espaço para que realizem trabalho mais sólido de atração de associados, agregando empresas com potencial para participação sindical, o que já começa a ocorrer em algumas áreas, como se verá adiante.

ENTRE ITUMBIARA E GOIÂNIA

Ernane Martins Almeida tinha um desafio duplo pela frente quando decidiu aceitar

“Com a ajuda da Fieg, tive acesso a conhecimentos que me permitem servir melhor ao sindicato”

Ernane Martins Almeida,
presidente do Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás (Sindago)



“Estamos em posição confortável para falar sobre a implantação do PDA, já que esse processo está adiantado no sindicato”

Orizomar Araújo Siqueira,
Presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo)

o convite para presidir o Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás (Sindago). “Eu não tinha a menor experiência como líder sindical e sequer conhecia o Sistema Fieg”, relembra. Ele percebeu no PDA a oportunidade para conhecer o sistema sindical empresarial e aprender “como atuar, como falar, sintonizando a linguagem com os demais presidentes de sindicatos.”

Não foi fácil, reconhece Almeida, que teve que enfrentar a estrada de Itumbiara, onde atua, até a capital duas vezes por semana nos últimos meses para cumprir os módulos previstos no PDA. “Eu saía de Itumbiara num dia e só voltava no outro pela manhã, duas vezes por semana, já que os cursos eram ministrados em Goiânia, na sede da Fieg, e duravam de 16 até 21 horas”, relata. Mas ele não esconde a satisfação por ter cumprido toda a programação, sem faltar a nenhum módulo. “Com a ajuda da Fieg”, diz ele, “tive acesso a conhecimentos que hoje me permitem servir melhor ao sindicato”.

Atualmente com 25 associados, num setor que reúne em torno de 180 empresas formais,

segundo Almeida, o Sindago tem como uma das metas, derivada da aplicação do PDA, a ampliação de sua base. Aliás, objetivo comum a todos os sindicatos que participam da iniciativa em Goiás e vetor central do programa – reforçar a representatividade sindical na indústria e assegurar meios para que os sindicatos possam alcançar sua sustentabilidade.

Para tornar a missão menos complicada, a CNI coloca à disposição dos sindicatos o Sistema Integrado de Gestão de Arrecadação (Siga), ferramenta que permite gerir as contribuições sindicais, conferindo às entidades uma visão completa de empresas com potencial para associação, incluindo aquelas que são optantes do Simples. O sistema foi elaborado em ambiente web e é atualizado constantemente pela Área Compartilhada de Arrecadação (Acarc) da própria CNI. “O programa informa o nome da empresa, seu código Cnae (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e endereço, entre outras informações. Isso facilita levantar e identificar associados em potencial”, reforça Almeida.

Sob orientação e acompanhamento da Fieg, o Sindago elabora seu plano de ação. “Recebemos toda a parte teórica do programa e este é o momento para implementar na prática o que aprendemos, incrementando os serviços prestados aos associados e tornando o sindicato mais atuante”, declara Almeida. Agora o sindicato estuda a contratação de uma assessoria jurídica, para dar suporte às empresas associadas nas áreas trabalhista, tributária e ambiental. “A intenção é promover a consciência ecológica no segmento. Vamos elaborar uma cartilha sobre exploração sustentável dos recursos naturais, com práticas que resultem em menor agressão ao meio ambiente”, completa.

O empresário, que dirige em Itumbiara a empresa Sida Areia – Sociedade Itumbiarense de Dragagens e Areia Ltda., conta que o programa deixou seus participantes tão animados que um grupo de presidentes sindicais resolveu propor à Fieg o desenvolvimento de mais um módulo. Desta vez, eles receberam treinamento para aprender técnicas de comunicação com o público.



De volta à sala de aula: cursos exigiram dedicação de dirigentes sindicais

Quase tudo pronto em Anápolis

“Os cursos incluídos na programação do PDA atendem às necessidades dos líderes sindicais”, avalia Patrícia Oliveira, secretária-executiva dos sindicatos das indústrias com sede em Anápolis. A unidade abriga os sindicatos das indústrias de alimentação, construção e mobiliário, metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico e vestuário do município, além das entidades representativas dos setores farmacêutico e de cerâmica do Estado.

Na avaliação de Patrícia, perto de 95% do PDA já foi implantado e está sendo cumprido pelos seis sindicatos, dando sequência à política da Fieg e CNI para modernização da estrutura patronal. Em maio, foi concluída a aplicação dos oito módulos de capacitação, cada um com dez horas de duração, incluindo noções sobre liderança sindical e o sistema de representação da indústria, defesa de interesses do setor, gestão estratégica, comunicação e marketing, negociação e legislação sindicais, governança e responsabilidade social, tecnologia e gestão da informação.

Com suporte do Instituto Euvaldo Lodi

(IEL), um dos parceiros no processo de qualificação, os sindicatos de Anápolis estão comprometidos com o desenho de um plano de ação, parte final da implantação do planejamento estratégico.

Também no final de maio, continua Patrícia, a CNI promoveu o lançamento nacional da plataforma que vai abrigar os sites de cada um dos sindicatos envolvidos no programa, com links destinados à confederação e à Fieg e espaço para veiculação de assuntos de interesse do setor. “Recebemos treinamento técnico para alimentação dos sites, que estão em fase de formatação. Nossa intenção é começar sua divulgação no final de junho.” Conforme Patrícia, que participou ativamente dos diversos módulos do programa, o site deverá agregar, ainda, instrumentos para recepcionar demandas dos sindicatos também nas áreas trabalhista, tributária e ambiental, que deverão ser atendidas por uma base nacional de assessores habilitados pela CNI. “O fato de a assessoria ser provida pela Fieg ou pela CNI dará maior credibilidade ao serviço”, acredita ela.

Suporte (até) por meio eletrônico

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), de acordo com seu presidente, Orizomar Araújo de Siqueira, desenvolve desde 2004 ações para intensificar a presença da entidade no setor, adotando como meta ampliar a cobertura sindical para o equivalente à metade das empresas do setor até outubro de 2013. Atualmente, relata Siqueira, o Simelgo registra mais de 600 empresas filiadas e perto de 20 associadas – estas últimas desfrutam do direito de votar nas deliberações do sindicato.

Para atingir aquele objetivo, o Simelgo estabeleceu um modelo para estimular a associa-



Tecnologia da informação:
Dario Queija de Siqueira, da Fieg,
durante treinamento de líderes sindicais

ção de empresas e criou o Manual do Associado, com propósito idêntico. “Estamos em posição confortável para falar sobre a implantação do PDA, já que esse processo está adiantado no sindicato”, avalia ele. O plano de ação do sindicato, em desenvolvimento desde 2004, inclui visitas frequentes a empresas do setor, realização mensal de palestras do interesse da indústria metalmeccânica e elétrica, parti-

cipação em feiras e eventos, além da criação de um informativo mensal e do site do sindicato (www.simelgo.org.br), que já está no ar.

Na visão de Siqueira, o site tem desempenhado função estratégica ao criar formas de acesso facilitado a informações sobre os serviços que o sindicato coloca à disposição de seus associados e filiados. “Esta é uma forma de estreitar o relacionamento com todas as empresas do setor”, resume ele.

Em 2007, prossegue Siqueira, “conseguimos aprovar em assembleia a contribuição associativa”. Na área jurídica, Siqueira informa que a Comissão de Conciliação Prévia (CCP), instalada também em 2004, está em plena operação, ajudando na solução de conflitos antes que estes se transformem em longos e custosos processos na Justiça. Recentemente, o sindicato acertou convênio com a firma Missao, Miranda e Lara Advogados Associados, que responde pela assessoria aos associados nas áreas civil, tributária e trabalhista.

Soluções de vídeo monitoramento CMA

Sua empresa ao alcance dos seus olhos.



A CMA oferece a mais avançada tecnologia em vídeo monitoramento para a sua empresa. Câmeras de segurança transmitindo via wireless, fibra óptica ou cabo, permitem monitoração através de uma central, com alta definição de imagens e gravação em tempo real.

Tel: (11) 3053-2614
www.cmatelecom.com.br
telecom@cma.com.br

CMA *Telecom*



“Não é mais possível que a sociedade se submeta a imposições puramente políticas ou ideológicas”

Wellington da Silva Vieira

Coordenador técnico da Fieg, professor universitário e doutor em Ciências Empresariais

Impactos da legislação ambiental

O título deste artigo corresponde ao de um seminário realizado recentemente na Fieg, em parceria com o Fórum de Entidades Empresariais de Goiás, para discutir as interfaces das questões ambientais com os processos produtivos e comerciais, bem como as dificuldades vividas pelas empresas devido à complexidade das leis e regulamentos e à falta de coordenação entre os diversos órgãos afetos ao licenciamento e fiscalização ambiental.

Meio ambiente transformou-se na palavra da moda. Traz, em si, interesses econômicos, sociais, ambientais e, acima de tudo, políticos. Muita gente não consegue perceber toda sua complexidade e seus grandes reflexos sobre a humanidade, mas costuma dar palpites, expressar opiniões, propor leis e regulamentos, estabelecer restrições, que nem sempre se fundamentam em estudos técnicos confiáveis ou em justificativas incontestáveis.

É certo que ninguém pode negar os efeitos avassaladores que atividades econômicas predadoras podem causar para toda a humanidade. Precisamos, sim, de cuidados especiais que proporcionem um mundo mais limpo para todos os cidadãos, possibilitem a preservação dos recursos estratégicos e mantenham as expectativas de vida longa e confortável para as gerações futuras. Entretanto, precisamos produzir alimentos, bens industriais e serviços para o consumo humano, utilizando recursos naturais, alguns dos quais não são renováveis e outros que causam im-



pactos negativos no ar, na água, na biosfera e, conseqüentemente, na qualidade de vida na Terra. Mas mesmo assim precisam ser produzidos para garantir nossa sobrevivência.

O setor produtivo brasileiro tem se submetido a um sistema de regulamentação excessivamente minucioso, complexo e distribuído entre muitos órgãos de licenciamento e fiscalização, o que provoca demoras enormes no encaminhamento de soluções ambientais e excesso de taxas e de burocracia, que, além de não garantirem a melhoria dos resultados, causam grandes transtornos e perda de produtividade às empresas.

Os temas ambientais requerem soluções sistêmicas, onde todas as partes envolvidas sejam ouvidas e suas necessidades consideradas. Não é mais possível que a sociedade se submeta a imposições puramente políticas ou ideológicas, sem levar em conta outros fatores relevantes.

A grande questão, que deve prevalecer, é a da sustentabilidade. Até onde a Terra continuará sustentando ritmo acelerado de crescimento econômico e da população? Quantos habitantes poderão usufruir o que o planeta nos oferece, sem esgotamento da capacidade de renovação? Como produzir alimentos conservando a terra intacta? Como se locomover sem contaminar a atmosfera e comprometer o clima?

De uma coisa precisamos ter certeza: a cada dia cresce o número dos que tomam consciência do grande desafio que representa a sustentabilidade do homem na Terra. Dentre eles estão muitos empresários que reconhecem a necessidade de reaproveitar, reciclar, replantar e redimensionar processos produtivos, com vistas à sustentabilidade.

O único caminho para conciliar interesses conflitantes é o do diálogo, da negociação e do entendimento. Isso poderá nos levar a novos processos de educação e de práticas produtivas, mais sustentáveis em termos socioeconômicos, e ambientalmente corretos.

Em Goiás, os primeiros passos para romper os conflitos de competência e de interesses estão sendo dados, com a disposição das lideranças empresariais e dos órgãos ambientais para discutir ações conjuntas que minimizem os impactos das atividades produtivas sobre o meio ambiente e, sobretudo, eliminem entraves burocráticos que atrasam o desenvolvimento e dificultam a busca de maior eficiência por parte das empresas. ■

Estímulo ao desenvolvimento



Luziânia, na Região do Entorno do Distrito Federal, e o Porto Seco, em Anápolis, querem maior envolvimento dos elos da cadeia produtiva

Porto Seco: práticas responsáveis e qualificação também para fornecedores

■ Célia Oliveira

De acordo com os autores Kaplan e Norton, idealizadores do Balanced Scorecard, mais conhecido pela sigla BSC – um dos mais influentes conceitos de gestão introduzido no mundo empresarial na década de 90 –, não se chega ao sucesso nos negócios por meio de uma estratégia brilhante, mas pela execução brilhante da estratégia. Não se trata de mero trocadilho. A partir dessa consideração, pode-se constatar que a carteira de fornecedores integra a atmosfera de sucesso almejada nos negócios. Envolver-se com os fornecedores e exigir deles administração responsável e condução profissional da relação com o comprador é quesito de gestão, é estratégia.

As empresas já descobriram que bom fornecedor não cai do céu. É preciso investir na qualificação e oferecer oportunidades de novos negócios em toda a cadeia produtiva. Executar tal estratégia é o que decidiram fazer sete indústrias de Luziânia. O município abriga grandes empreendimentos industriais e, no entanto, perde quase a totalidade das riquezas geradas da relação comercial entre indústria e fornecedor. Levantamento de compras realizado em 2007 pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás), junto a quatro indústrias locais, demonstrou que a cidade fica apenas com 3% do total de R\$ 73,1 milhões investidos em aquisição de produtos e/ou serviços por parte do setor produtivo, que busca fora e em grandes quantidades os insumos necessários. O motivo, segundo apontou o estudo, é falta de fornecedor apto a atender à região.

A reversão desse quadro inclui a preparação de 45 pequenas empresas por meio do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), indicadas pelas sete gestoras (Ki Vita, Suporte, Qualimáxima, Asa Alimentos, Moto & Cia, Brasfrigo e Primus Alimentos).



“Possibilidade de cortar caminhos, definir uma logística, criar motivação, reduzir custos, agilizar a produção e gerar lucro mais rápido”

Kátia Amorim, diretora da Asa Alimentos

Apoio privado e público

Com planos de abrir nova planta industrial em Luziânia, a diretora da Asa Alimentos, Kátia Amorim, apoia incondicionalmente o PQF, porque a história da indústria, que atua na criação, abate e industrialização de aves, suínos e ovinos, começou na região do Entorno. Com sede em Brasília e presença em Goiás, São Paulo, Tocantins e Pará, a organização, para ampliar seus projetos, procura regiões onde encontra centralizado tudo o que demanda para a produção.

De acordo com Kátia Amorim, ter um parque de fornecedor qualificado faz toda a diferença: “É a possibilidade de cortar caminhos, definir uma logística, criar motivação, reduzir custos, agilizar a produção e gerar lucro mais rápido.”

Como a instalação da nova planta está em andamento e prevista para breve, ela aposta no PQF para, assim que começar a produzir, contar com pessoal e serviços prontos ao atendimento. “O programa é uma das variáveis que nos fez querer abrir nova unidade aqui. Ele proporciona a qualificação de fornecedores, uma necessidade que a indústria tem quando chega a determinada região”, explica. Na avaliação de Kátia, o PQF cataliza um pro-

cesso de desenvolvimento ao reunir os variados ramos de serviços.

O setor público tem especial participação na viabilidade do PQF em Luziânia. O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SDC) e Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), subsidiará o desenvolvimento e a qualificação dos fornecedores, com contrapartida do IEL Goiás e da prefeitura municipal.

No ano passado, em meio às negociações para implementação do programa, o coordenador geral da Ride, Carlos Henrique Menezes Sobral, se declarou entusiasmado com o PQF. “É um forte instrumento na promoção do crescimento econômico e na redução das desigualdades sociais do município, como geração de emprego e renda para a população.” Este ano, com a assinatura de convênios entre o Ministério, a prefeitura e o IEL, Sobral ratifica sua opinião. “Para nós, da Ride/Ministério da Integração, é uma felicidade chegar a este ponto. De primeira vista me apaixonei pelo PQF. Não tenho dúvidas nenhuma quanto ao sucesso do programa.” ➡

Nos trilhos da qualificação

Para oferecer soluções personalizadas de prestação de serviços aduaneiros, o Porto Seco Centro-Oeste, terminal alfandegário que agiliza a exportação e a importação, possibilitando a redução de custos e favorecendo a competitividade de grandes empresas nos negócios de comércio exterior, carece de um bom e ágil parque de fornecedores, realidade que até agora não é vivida pela superintendência do órgão.

O motivo explica o investimento que atualmente a direção do Porto Seco faz, em caráter exclusivo, para qualificar um diversificado grupo de empresas fornecedoras. “Desde a panificadora até o pessoal de manutenção de máquinas e equipamentos, todos foram sensibilizados para o PQF”, aponta Edson Tavares, superintendente do terminal. Com tradição de entreposto comercial, Anápolis sedia o Porto Seco, instituição que incorporou na região uma nova e destacada alternativa logística, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento do Estado.

Na visão de Tavares, o PQF dará ao terminal a resposta que necessita para garantir bom atendimento a grandes empresas que chegam ao Porto para descarregar ou carregar. “Vamos conseguir gerar economia do retrabalho e agilizar serviços”, explica. Segundo detalha, quando um trem chega carregado não pode ficar esperando a vontade do fornecedor de transporte. “Quem nos atende nessa área deve estar pronto para efetuar o serviço. Essa qualidade é que queremos ver expressa nos fornecedores que atendem o terminal.”

Tavares reconhece que os fornecedores instalados na cidade são competentes. “Muitos têm competência, mas falta qualidade e isso nos leva a adquirir fora da região o que necessitamos. Goiânia e São Paulo são cidades que nos atendem quando não encontramos aqui repostas”, acrescenta. Ele comenta que há tempos a direção do órgão vem sofrendo com a falta de bons serviços, porque o fornecedor não obedece a padrões de qualidade. “Isso queremos mudar ao processar o PQF, pois o Porto é certificado em conformidade com a norma NBR ISO e faz movimentações voltadas para o exterior, tendo de cumprir normas e padrões de qualidade internacionais. Por isso, vamos exigir de nossos fornecedores a qualificação, uma boa gestão e adoção de práticas responsáveis.”

Crédito para empresas qualificadas

A Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento) anuncia a criação de linha de crédito para financiar as empresas integrantes do programa, que é desenvolvido desde 1999 e objetiva capacitar micro, pequenas e médias empresas a atingir os padrões exigidos para o fornecimento de seus produtos às chamadas empresas âncoras.

Nessa nova linha, o limite de financiamento é de R\$ 100 mil. As empresas devem ter um ano de funcionamento e estarem integradas ao PQF. As operações serão realizadas

GOIÁSFOMENTO PQF/IEL

Linha	Limite	Prazo	Carência	Juros
Empresas qualificadas no PQF/IEL	R\$100.000,00	Até 60 meses	Até 12 meses	1,98% a 2,22% a.m.

Fonte: Goiás Fomento

com prazo de até 60 meses para pagamento e 12 meses de carência, dependendo do enquadramento da empresa. O anúncio foi feito pelo presidente da GoiásFomento, José Taveira

Rocha, em reunião na Fieg. “O PQF é um programa modelo que precisa ser apoiado. Todo programa empresarial de sucesso, como ele, será apoiado por nós”, salientou.

Perfil do PQF

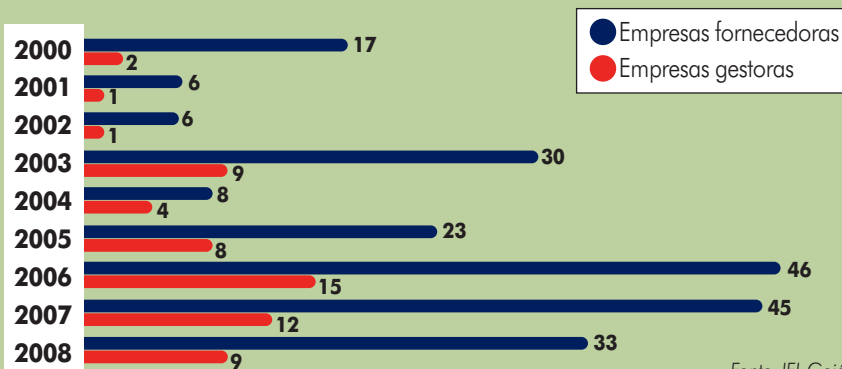
O PQF é uma iniciativa do Instituto Euvaldo Lodi que objetiva aumentar a competitividade de cadeias produtivas, por meio do fomento à interação entre empresas de grande porte (chamadas de empresas âncoras) e seus fornecedores.

É um conjunto de ações voltadas à qualificação de grupos de empresas para o atendimento aos requisitos definidos em função de determinadas exigências do mercado, considerando a importância do desenvolvimento dos elos da cadeia produtiva.

O programa constitui-se oportunidade para que as empresas obtenham maior qualificação para enfrentar a concorrência, sobretudo pela falta de condições e até mesmo de tradição em fornecimento de produtos e serviços com alto grau de especificação e exigências.

Atingindo escala nacional, no ano passado, o PQF ajuda fortalecer a indústria brasileira e serve de incentivo a uma gestão empresarial de qualidade. ■

ATENDIMENTOS PQF - GOIÁS



Fonte: IEL Goiás

“Desde a panificadora até o pessoal de manutenção de máquinas e equipamentos, todos foram sensibilizados para o PQF”

Edson Tavares, superintendente do Porto Seco Centro-Oeste



TIJOLO SUSTENTÁVEL

Projeto idealizado por ex-aluna do Senai Goiás utiliza resíduo de fertilizantes para produzir tijolos, reduzindo custos e amenizando impactos ambientais

■ *Andelaide Lima*

Subproduto da indústria de fertilizantes, o fosfogesso é um resíduo armazenado a céu aberto, o que ocasiona muitos gastos para as empresas com ocupação de espaços físicos, manutenção e monitoramento das pilhas do rejeito. Atualmente, há no Brasil um estoque de cerca de 150 milhões de toneladas de fosfogesso e a produção anual gira em torno de 5 milhões de toneladas.

De olho na preservação ambiental e no uso comercial do resíduo, Cláudia Neiva Duarte, ex-aluna da habilitação técnica em química industrial da Escola Senai Catalão, tenta empla-

car no mercado o projeto Fosfogesso em Cerâmica Vermelha para Fabricação de Tijolos – trabalho de conclusão de curso desenvolvido em parceria com seu colega de turma Jean Henrique Carvalho, em 2006.

Ecologicamente correto, a experiência consiste na adição de fosfogesso à argila utilizada na produção de tijolos, diminuindo o estoque do resíduo em ambientes externos e evitando a degradação ambiental provocada pela exploração de um recurso não-renovável – no caso, a argila. “O fosfogesso já é usado na agricultura e pela indústria cimenteira, mas o volume de produção ainda é muito maior que o seu reaproveitamento. A implantação do proje-

to traz benefícios não só para o segmento de construção civil, mas também para o meio ambiente, uma vez que vamos retirar um passivo da natureza”, explica Cláudia Neiva.

Com apenas três anos de criação, o trabalho acumula prêmios importantes na área de inovação tecnológica. Em dezembro, Cláudia conquistou o terceiro lugar no 2º Concurso Ibero-Americano Estudantil, realizado em Cancún, no México. Antes, havia vencido o Inova Senai, na categoria aluno – evento paralelo à fase regional da Olimpíada do Conhecimento, realizada em agosto de 2007, na Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna, em Goiânia.



Paulino, ao lado de telhas convencionais: com fosfogesso, produto mais resistente

Cláudia Neiva: em busca de parcerias e de licenciamento para viabilizar o projeto comercialmente



Qualidade à prova

Para participar do 2º Concurso Ibero-Americano Estudantil, o projeto Fosfogesso recebeu um capítulo comentado pela professora-doutora Bárbara Manzilli, especialista do Departamento de Radioproteção Ambiental do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Universidade de São Paulo (USP), onde a autora do trabalho fez testes de radioatividade. Os ensaios laboratoriais, químicos, mecânicos e ambientais foram realizados na Escola Senai Mario Amato, em São Bernardo do Campo (SP).

Os testes em escala industrial foram feitos na Cerâmica Catalão, com a produção de 10 mil blocos de tijolos, dos quais 60 passaram por ensaios de resistência à compressão na Universidade Federal de Uberlândia (MG), comprovando melhor resistência, aparência, queima, plasticidade e extrusão, além da viabilidade econômica e ambiental do projeto.

“Misturamos 30% do fosfogesso em 70% de argila. A adição do resíduo resultou em um tijolo resistente e que manteve as propriedades físicas dos tijolos comuns, com a vantagem da



Nascimento: uso do resíduo vai prolongar vida útil de reservas de argila

diminuição de 24 para 12 horas do tempo de secagem do produto. Além disso, o fosfogesso mantém o mesmo padrão de cor do produto, não sofrendo variações que normalmente ocorrem com a utilização somente da argila. Isso é um ganho em qualidade considerável, já que o mercado consumidor está cada vez mais exigente e atento a detalhes”, diz o gerente da Cerâmica Catalão, Valdimir Paulino da Silva,

CASA EXPERIMENTAL

Atualmente trabalhando analista de laboratório pleno da usina piloto da mineradora Copebrás, em Catalão, Cláudia Neiva corre agora atrás de parceria com empresas para obter a licença ambiental para viabilizar a utilização comercial do produto. Ela também está em busca de patrocinadores para construir uma casa usando telhas, tijolos e lajotas fabricados com fosfogesso. “O objetivo é realizar na obra ensaios de resistência às variações do tempo, com exposição contínua do produto ao sol e à chuva, além de outros testes ambientais que forneceriam dados importantes para a pesquisa. A casa seria projetada com cômodos de tamanhos normais, mas não será habitada – serviria apenas como laboratório para realização de experimentos”, esclarece Cláudia.

que acompanhou todo processo de fabricação do tijolo com fosfogesso na indústria.

Para o engenheiro de minas José Pereira do Nascimento, instrutor de minerologia, geologia e de operações unitárias da Escola Senai Catalão, a experiência tem tudo para dar certo porque incentiva a conscientização ecológica. “O reaproveitamento do fosfogesso na fabricação de tijolos prolonga a vida útil das reservas”.



EXPORTAÇÃO SALTA MAIS DE DEZ VEZES EM DEZ ANOS

CIN Goiás revigora esforços
para promover internacionalização
da indústria goiana ao celebrar
seu décimo aniversário





Logística: estrutura do Porto Seco
Centro-Oeste facilita movimentação de
cargas de importadores e exportadores

DAQUI PARA O MUNDO: EXPORTAÇÕES GOIANAS SAÍRAM DE QUASE **US\$ 382 MILHÕES** EM 1998 PARA MAIS DE **US\$ 4 BILHÕES** EM 2008

■ *Lauro Veiga Filho*

A escalada das exportações goianas, nos últimos dez anos, liderada pelo complexo soja e pelas carnes bovina, suína e de aves, elevou a participação de Goiás no total exportado pelo País de apenas 0,7% para pouco mais de 2% em 2008, com vendas de US\$ 4,092 bilhões, recorde em toda a história do comércio exterior no Estado.

Parte dos avanços acumulados no front externo pelo Estado deve ser creditada aos esforços que o Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN Goiás) tem realizado para promover a internacionalização da indústria goiana nesse período, buscando formas de inserção mais favoráveis às empresas e, por consequência, a toda a economia estadual. Criado em 1999, o CIN Goiás comemora, neste ano, seu décimo aniversário, numa fase complicada para a economia mundial, que exigirá capacitação crescente das empresas na área de comércio exterior.

Na década em análise, as importações também cresceram, mas em ritmo menor, pulando de US\$ 311,887 milhões para quase US\$ 3,050 bilhões, numa evolução de 878%, puxada pelas compras de veículos, partes e acessórios, medicamentos e outros produtos químicos. Como resultado, o superávit comercial do Estado cresceu de menos de US\$ 70 milhões para US\$ 1,042 bilhão em 2008, depois de rondar a casa de US\$ 1,5 bilhão em 2007 – o mais elevado da série, até o momento. No ano passado, o Estado contribuiu para formar 4,2% do saldo comercial brasileiro, de US\$ 24,836 bilhões.

A mudança no regime cambial, em 1999 e a disparada nos preços das commodities agrícolas e metálicas, com destaque para soja, níquel, cobre e ouro, especialmente a partir de 2003, favoreceram a maior inserção do Estado na economia global. Mas, em contrapartida, aprofundaram a dependência em relação aos produtos básicos.

De fato, aponta o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, as exportações do Estado registraram crescimento acumulado de quase 11 vezes na década terminada em 2008, partindo de apenas US\$ 381,667 milhões em 1998. Esse avanço, prossegue ele, deu-se sobre produtos com baixo índice de industrialização, embora tenha contribuído para colocar o Estado no “mapa”, literalmente – já que os produtos goianos alcançaram 146 mercados em 2008



SERÁ POSSÍVEL SELECIONARMOS DISTRIBUIDORES DE PORTUGAL NOS DIVERSOS CANAIS DE VENDA, BEM COMO PARA CADA PAÍS DE LÍNGUA PORTUGUESA DA ÁFRICA”

Roberval Dias Martins, diretor comercial da Alca Foods Ltda

O SUPERÁVIT COMERCIAL DO ESTADO CRESCIU US\$ 70 MILHÕES PARA US\$ 1,042 BILHÃO EM 2008, APÓS RONDAR A CASA DE US\$ 1,5 BILHÃO EM 2007

Porto Seco Centro-Oeste: solução estratégica para movimentação de cargas exportadas e importadas



COM FATURAMENTO MENSAL
NA FAIXA DE US\$ 1,2 MILHÃO
E PERTO DE 200 EMPREGADOS,
A ALCA FOODS FOI UMA DAS
EMPRESAS QUE PARTICIPARAM
DA MISSÃO ALIMENTARIA 2009

Papel estratégico do CIN

A história do Centro Internacional de Negócios de Goiás, integrado à estrutura da Fieg, começou a ser escrita por volta de 1997, relembra Eduardo Meirelles, responsável pela implantação do centro no Estado e hoje assessor técnico do CIN. Naquele ano, foi criado um núcleo de comércio exterior no âmbito da federação, destinado a prestar serviços a empresas exportadoras e a emitir certificados de origem, entre outras missões estratégicas.

Como resultado de uma parceria entre Confederação Nacional da Indústria (CNI), Agência de Promoção de Exportações (Apex) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o núcleo deu origem, em 16 de agosto de 1999, ao CIN Goiás, hoje integrado a uma rede de outros 26 centros internacionais de negócios em todo o País, coordenados pela CNI com apoio da agência. Naquele mesmo ano, foi realizada, em Goiânia, a segunda edição dos Encontros de Comércio Exterior (Encomex), promovidos pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Apex. A cidade foi sede do 132º Encomex, o primeiro realizado em 2009 em seu novo formato.

Nesses dez anos, o Sistema Fieg tem desenvolvido, por meio do CIN, em parceria com CNI, Sebrae Goiás e Aduaneiras, trabalho constante para formar cultura exportadora entre as empresas goianas. O resultado da aproximação entre aquelas instituições foi a formatação de uma pós-graduação na área de Gestão em Comércio Exterior. A segunda turma, adianta Plínio Viana, gerente do CIN Goiás, será iniciada no segundo semestre, incluindo disciplinas práticas com foco no negócio. Sob acompanhamento técnico do centro, os cursos são ministrados na Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), com participação de professores da própria Aduaneiras, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), Apex e do Mdic. Os cursos de capacitação em comércio exterior do CIN Goiás têm se destacado, ainda, na tentativa de diversificar a pauta de exportações do Estado, criando possibilidades para que a indústria como um todo possa conquistar espaços no mercado internacional.

UM CENTRO E VÁRIOS DESAFIOS

A equipe do CIN responde pelo trabalho de preparação e consolidação de estatísticas relacionadas ao comércio exterior no Estado, além de operar os programas Exporta CIN e Start Export. A relação de parceiros do CIN Goiás inclui, ainda, o Nusa, organismo ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos, interessado na prospecção de oportunidades de negócios nos dois países. O Exporta CIN adota metodologia customizada (ou seja, adaptada às condições e à vocação de cada empresa) com o objetivo de internacionalizar as indústrias interessadas, criando competência na área de comércio exterior. O programa inclui avaliação e diagnóstico da capacidade exportadora da empresa, escolha e prospecção de mercados no exterior e consultoria de vendas. Da mesma forma, também o Start Export tem como objetivo promover a internacionalização das empresas com potencial e vocação exportadora, transferindo tecnologia de gestão em comércio exterior. A diferença é que o programa opera com empresas onde a atividade exportadora ainda não existe ou está em fase embrionária. A ideia é formar pessoal da própria empresa participante para que estas contribuam para a estruturação da área internacional dentro da indústria. Os planos do CIN, afirma o presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, Heribaldo Egídio, contemplam ainda a instalação de uma unidade da Apex na Fieg.

Capacitação e (mais) negócios

Fabricante de cereais matinais e achocolatados, com escritório comercial e indústria em Itumbiara, a Alca Foods Ltda planeja atingir a meta estabelecida para este ano, que embute previsão de crescimento de 75% para as exportações, na comparação com 2008, espera Roberval Dias Martins, diretor comercial da empresa. A projeção está condicionada, no entanto, à manutenção da taxa de câmbio numa faixa acima de 2 reais por dólar.

A elevação do dólar a níveis superiores a 2 reais a partir de outubro do ano passado havia permitido a retomada de negociações que estavam congeladas por problemas de preços, relembra Martins. Uma dessas transações, cita ele, envolveu o embarque semanal de um contêiner para a América Central. Mantida a tendência desenhada nos últimos dois meses, no entanto, o cenário para os exportadores poderá se tornar mais complicado, avalia o diretor comercial da empresa, que aponta, além do câmbio, os custos de transporte até o local de embarque como um dos principais gargalos à exportação.

Com faturamento mensal na faixa de US\$ 1,2

milhão e perto de 200 empregados, a Alca Foods foi uma das empresas que participaram da Missão Alimentaria 2009, organizada pela Fieg, por meio do CIN Goiás. Mais importante mostra da indústria de alimentos e bebidas da Península Ibérica e ponto estratégico para exposição de produtos e articulação de negócios, a 10ª edição da Alimentaria Lisboa, realizada entre 17 e 24 de abril, reunindo representantes de 48 países, trouxe resultados “bastante promissores”, na avaliação de Martins.

Não se trata apenas do volume de contatos que o evento propiciou, mas fundamentalmente da qualidade das reuniões de negócios realizadas ao longo do evento. “Poderemos selecionar distribuidores de Portugal nos diversos canais de venda, bem como para cada país de língua portuguesa da África”, afirma Martins. Além desses contatos, a Alca Foods pôde estreitar os laços com seu cliente na arquipélago de Açores e espera aumentar as vendas para aquele mercado, que já havia recebido carregamentos da indústria goiana. “Se confirmados, todos esses negócios gerariam um faturamento extra de US\$ 450 mil por ano”, projeta Martins.



Por mar: produtos exportados por Goiás já atingem 146 mercados



Mendes: presença em todas as capitais do País entre o final deste ano e o começo de 2010

Primeiro o Brasil, depois o mundo

No mercado desde 2002, a Flexibase Indústria e Comércio de Móveis Ltda, fabricante de mesas, armários, gaveteiros, cadeiras giratórias e fixas, poltronas e outros móveis para escritórios, ampliou sua área construída em mais 800 metros quadrados, chegando a 4,5 mil m². No ano passado, foi concluída a implantação de um centro de usinagem, coladeiras de bordas e outros maquinários de última geração, num total de três novas linhas.

Sua meta é atingir, entre o final deste ano e começo de 2010, “todas as capitais do Brasil, com representações em cada uma delas”, projeta João Francisco Mendes, diretor comercial da empresa. Neste momento, a indústria tem concentrado esforços para consolidar sua presença no mercado brasileiro.

A abertura de novos mercados aqui dentro, acredita o diretor, poderá fornecer as bases para um crescimento na casa dos 40% para vendas e para o faturamento. Com 156 empregados, a carteira da empresa inclui perto de 300 clientes cadastrados, concentrados no setor público. Instalada em Aparecida de Goiânia, a Flexibase participou de sua primeira feira internacional neste ano e tem planos para estreitar no mercado internacional mais à frente. Mendes fez parte da missão empresarial organizada pela Fieg e pelo CIN Goiás, em parceria com o Sindmóveis e Sebrae, que foi ao Salão do Móvel de Milão.

Uma experiência à italiana

O trabalho do CIN Goiás vai além da capacitação de empresas de todos os portes, como demonstra o exemplo da Imol – Indústria de Móveis Oliveira. Instalada no Setor Criméia Oeste, em Goiânia, a Imol fez parte da missão que levou sete empresas goianas do setor ao Salão do Móvel de Milão.

“Essa foi nossa quarta ou quinta visita à feira. O objetivo principal foi estabelecer contatos e conhecer empreendedores e indústrias, além de verificar tendências mundiais especialmente nas áreas de design e acabamento de mobiliário”, comenta Humberto Rodrigues de Oliveira, um dos sócios da Imol e presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa da Fieg.

A Imol fabrica móveis para hotéis, bancos comerciais e lojas de alta decoração, empregando 65 pessoas. O foco imediato da empresa ainda não é o mercado internacional, espaço que poderá vir a ser explorado pela empresa no futuro. A participação em eventos internacionais, como o salão milanês, o mais importante do mundo no setor, permite à empresa goiana manter-se conectada com as principais tendências mundiais. “Temos muito interesse no acabamento, que é o grande diferencial dos móveis italianos”, relata.

Como ponto alto, Oliveira destaca ainda a agenda de visitas e encontros de negócios desenvolvida pelo CIN Goiás. A programação, detalha o empresário, incluiu encontros, entre outros, com a associação de designers de móveis da Lombardia e com fabricantes de máquinas e equipamentos para o setor de mobiliário.



Oliveira: acabamento, o diferencial da indústria italiana de móveis



“A TOP Automação iniciou suas atividades em 2007 objetivando o preenchimento de um ‘gap’ de mercado na área de prestação de serviços especializados em automação industrial em Goiás”

Rafael Barbosa, diretor comercial TOP
Automação Industrial Ltda



Depois da feira, negócios e contratos

Altamente especializada, a TOP Automação Industrial Ltda., com sede em Goiânia e filiais em Rio Verde e Campinas (SP), esta última aberta no ano passado, já colhe os primeiros frutos de sua participação na Feira Industrial de Hannover (Alemanha), realizada em abril deste ano. O evento, que completou 60 anos, é a maior mostra industrial do mundo, reunindo 6,4 mil expositores de 68 países e mais de 230 mil visitantes na edição 2009.

A TOP Automação foi uma das 17 empresas brasileiras que participaram da feira diretamente. “Apresentamos nossos serviços no estande da Apex (Agência de Promoção de Exportações) durante os cinco dias da feira”, relata Rafael Barbosa, diretor comercial da empresa. Um mês mais tarde, a empresa conseguiu fechar dois contratos de representação comercial, além de cadastrar três empresas da Alemanha, Áustria e Itália para fornecimento de serviços.

Aqueles clientes, de sua parte, já prestam serviços à Petrobras nas bacias de Campos e do Espírito Santo, completa Barbosa. “A expectativa é que mais quatro contratos de representação sejam fechados, assim como serviços de automação no Brasil e em outros países da América Latina”, acrescenta. Toda a logística da via-

gem, relata Barbosa, ficou por conta do CIN Goiás, que ainda organizou encontros com empresários alemães, colocando monitores à disposição das empresas brasileiras, organizou visitas a centros de pesquisa e deu suporte nas conversações entre instituições e grupos estrangeiros e os expositores brasileiros.

“A TOP Automação iniciou suas atividades em 2007 objetivando o preenchimento de um ‘gap’ de mercado na área de prestação de serviços especializados em automação industrial em Goiás”, detalha Barbosa. Sua área de atuação abrange programação de sistemas automáticos de controle para processos industriais, desenvolvimento de softwares, projetos elétricos, de instrumentação e de automação, instalações e montagens elétricas, consultoria e assistência técnica. A carteira de clientes inclui nomes de peso, como Brazil Foods (Perdigão/Sadia), Cargill, Monsanto, Marfrig, Kowalski Alimentos, Caramuru, Bertin e Petrobras, entre outros.

No ano passado, a empresa investiu na aquisição de equipamentos e na adequação de sua estrutura física, além de instalar filial em Campinas (SP). Em 2009, planeja a abertura de filiais em Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e Uberlândia (MG).

Os primeiros passos

Há quatro anos na Scitech Medical, Gisele Faria Fernandes tinha noções e conhecimento teórico de comércio exterior, especialidade que cursou na Universidade Brás Cubas, em Mogi das Cruzes, interior de São Paulo. Ao assumir seu cargo no Departamento de Comércio Exterior – Exportações e Importações da empresa, Gisele passou a lidar em bases quase diárias com clientes do Oriente Médio e da Ásia, principalmente, mercados que consomem stents, catêteres e outros acessórios cirúrgicos exportados pela empresa.

Há dois anos, Gisele inscreveu-se nos cursos oferecidos pelo CIN Goiás para as áreas de importação e exportação, cobrindo desde operações de drawback e financiamento até a parte tributária do negócio. As aulas, ministradas por especialistas da Aduaneiras e do Banco do Brasil, ajudaram Gisele a desenvolver seu trabalho, segundo relata, unindo teoria e prática. “Recebemos noções, por exemplo, de contabilidade e tributos, aprendendo como proceder para recolher impostos e aproveitar créditos, realizando o seu lançamento em balanço”.

Este, para ela, foi o grande diferencial em relação ao que aprendeu na universidade. “Os cursos do CIN Goiás são mais específicos e voltados para o dia-a-dia do setor. Teoria e prática têm que andar juntos”, afirma. ■



“Os cursos do CIN Goiás são mais específicos e voltados para o dia-a-dia do setor. Teoria e prática têm que andar juntos”

Gisele Faria Fernandes,

do Departamento de Comércio Exterior da Scitech Medical

EXPORTAÇÕES ATROPELAM O CÂMBIO

Vendas externas, importações e saldo comercial de Goiás, em US\$ milhões

PERÍODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1998	381,67	311,89	69,78
1999	325,89	318,56	7,33
2000	544,86	374,29	170,57
2001	595,27	389,76	205,51
2002	649,31	326,74	322,57
2003	1.103,19	376,77	726,42
2004	1.413,11	625,71	787,40
2005	1.817,39	724,01	1.093,38
2006	2.093,11	992,57	1.100,54
2007	3.184,78	1.701,93	1.482,85
2008	4.091,75	3.049,99	1.041,77

MAIOR PARTICIPAÇÃO NO BOLO DAS VENDAS EXTERNAS

Vendas externas, em US\$ milhões

PERÍODO	GOIÁS	BRASIL	PARTICIPAÇÃO (GOI/BRA)
1998	381,67	51.139	0,755
1999	325,89	48.013	0,68%
2000	544,86	55.119	0,99%
2001	595,27	58.287	1,02%
2002	649,31	60.439	1,07%
2003	1.103	73.203	1,51%
2004	1.413	96.677	1,46%
2005	1.817	118.529	1,53%
2006	2.093	137.807	1,52%
2007	3.185	160.649	1,98%
2008	4.092	197.942	2,07%
Jan-abr 2008	1.004	52.748	1,90%
Jan-abr 2009	955,05	43.499	2,20%

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

DIVERSIFICANDO MERCADOS LÁ FORA

Total de países de destino das exportações, número de empresas exportadoras e de produtos exportados por ano por Goiás – 2003 a 2008

PERÍODO	PAÍSES	EMPRESAS	PRODUTOS
2003	115	151	580
2004	138	178	739
2005	133	182	820
2006	137	172	796
2007	149	286	876
2008	146	271	982

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (SIC-GO)



A FORÇA DAS COMMODITIES

Produtos básicos respondem por 87% do crescimento das exportações realizadas a partir de Goiás entre 1998 e 2008

■ Lauro Veiga Filho

Grãos e minérios tiveram participação destacada no aumento das vendas externas estaduais na última década, avalia Heribaldo Egídio, presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, ao referendar diagnóstico semelhante apresentado pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira. No caso, o setor mineral teve papel coadjuvante, já que sua fatia nas exportações totais encolheu de 32,7% no final dos

anos 1990 para 19,8% em 2008.

As estatísticas oficiais mostram que as exportações goianas incorporaram, entre 1998 e o ano passado, um volume de comércio equivalente a US\$ 3,710 bilhões, superior a toda a exportação realizada em 2007. Desse total, o grupo de produtos básicos respondeu por um percentual próximo a 90%.

Em 1998, o Estado embarcou US\$ 254,930 milhões em produtos básicos, valor que representava 66,8% do total exportado. Dez anos mais tarde, os produtos básicos pas-

saram a responder por 85,2% das exportações totais, somando US\$ 3,487 bilhões.

Dentro do grupo, o agronegócio assume participação preponderante, com suas vendas externas acumulando salto de 1.102% na década, pulando de US\$ 265,062 milhões (69,45% das exportações goianas totais) em 1998 para US\$ 3,187 bilhões (77,9% do total) no ano passado. Detalhe: nos primeiros quatro meses de 2009, essa participação atingiu a marca de nada menos do que 79,5%. Sem o agronegócio, a balança comercial de Goiás te-



Porto de Santos: terminais graneleiros respondem pela maior fatia das exportações goianas de grãos, especialmente soja

ve um déficit de US\$ 2,091 bilhões no ano passado, o que representou 107 vezes mais do que o rombo de US\$ 19,497 milhões registrada em 1998.

O acréscimo de US\$ 2,921 bilhões às vendas externas do agronegócio desde 1998 assegurou ao setor uma participação de 78,75% no crescimento das exportações totais do Estado no mesmo intervalo. O impacto da diversificação do parque industrial, esboçada nos anos recentes, ainda não demonstra força suficiente para redesenhar a pauta de exportações, que passou a agregar um total de 982 produtos, partindo de 580 em 2003.

“O perfil das exportações, na verdade, sofreu mudanças, com o aumento da produção de atomatados, soja e derivados e carnes, especialmente aves e suínos, que tinham presença marginal na pauta. Essa diversificação, no entanto, ainda ficou muito concentrada na agroindústria”, analisa o economista Jeferson de Castro Vieira, chefe do Departamento de Economia da Universidade Católica. A dependência do agronegócio, completa ele, deixa a economia e suas exportações mais vulneráveis às oscilações do mercado.

Na liderança, soja e carnes

Mesmo dentro do agronegócio, a pauta de produtos exportados continua bastante concentrada em torno de dois grupos de produtos: soja e seus derivados e carnes. Somados, eles responderam por 87,8% das vendas externas do setor em 2008, preservando praticamente a mesma participação registrada em 1998, embora os valores tenham se alterado de forma substancial desde lá.

Os embarques de carnes, por exemplo, saltaram de US\$ 32,034 milhões para US\$ 1,164 bilhão (36 vezes a mais) e foram responsáveis por 39% do incremento observado nas exportações do agronegócio entre 1998 e 2008. Embora as vendas de frango tenham ganhado relevância, saindo do zero para US\$ 261 milhões no ano passado, a carne bovina ainda preservou sua importância, encerrando 2008 com exportações de US\$ 691,603 milhões (quase 23 vezes a mais) e representando mais de 58% do avanço acumulado pelo segmento na década, a despeito das barreiras e restrições enfrentadas pela carne brasileira no mercado internacional.

Ainda que as vendas externas de soja

(grão, farelo e óleo) tenham crescido oito vezes na década, de US\$ 201,508 milhões (52,8% da pauta estadual) para US\$ 1,634 bilhão (40% do total), nota-se um processo de perda relativa de valor agregado, com o avanço mais do que proporcional dos embarques do grão. Até 1998, grão e farelo respondiam, respectivamente, por 49% e 45,5% das exportações do complexo, restando 5% para o óleo. No ano passado, o grão representou 67% dos embarques, cabendo 31,3% para o farelo e meros 1,6% para o óleo.

Parece contraditório, mas a regressão qualitativa nas exportações de soja ocorreu num período em que a indústria do setor ganhou musculatura e ampliou sua base de processamento e de refino. Entre 2001 e 2008, a capacidade instalada mais do que dobrou, chegando a 19.250 toneladas por dia, crescendo 122% e passando a representar 12,4% do parque brasileiro. A capacidade de refino, que se limitava a 1.420 toneladas por dia em 2001 (8,8% do total brasileiro), atingiu 3.510 toneladas no passado (16,3% do parque nacional), o que representou um salto de 147%. ➔

Crédito: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=330>



Soja: embarques crescem oito vezes e grão assume fatia de 67% nas vendas externas do setor

Remando contra os transgênicos

Dona de um sexto do mercado de soja não transgênica, nicho escolhido pela empresa para impulsionar seus negócios no mercado internacional, a Caramuru Alimentos aposta nesse diferencial para ampliar suas vendas externas em 6% neste ano, com altas pontuais para milho e lecitina e maiores volumes de soja, prevê César Borges, vice-presidente do Conselho de Administração do grupo.

Entre 1999 e 2008, a empresa multiplicou suas vendas externas em mais de quatro vezes, saindo de US\$ 105 milhões para US\$ 458 milhões, respondendo por 11% das exportações totais do Estado, em valores aproximados. “Em 2008, comparado a 2007, o mercado observou melhoria nos preços. Ao longo dos últimos dez anos, quando nossas exportações do complexo soja somaram US\$ 2,230 bilhões, o maior volume embarcado explica a variação”, detalha Borges.

Desde 1999, houve um “deslocamento” das exportações em favor dos embarques de soja em grão, com os volumes saindo de 178 mil para 520 mil toneladas (192% a mais). A tendência, avalia Borges, guarda relação com a perda de competitividade relativa do Brasil frente à Argentina na disputa pelos mercados de farelo e óleo de soja. A estratégia da Caramuru para enfrentar a concorrência argentina, país que conta a seu favor com um “diferencial tributário gigantesco”, toma como base um sistema de segregação e certificação da soja convencional, desde a origem até o porto, o que tem assegurado espaços no mercado europeu.

“No próximo semestre, vamos desenvolver um trabalho mais forte na área de consumo na Europa”, adianta Borges. As projeções iniciais do grupo contemplavam o embarque de



Borges: Brasil continua a perder competitividade na área de soja para a concorrente Argentina



Egídio: preponderância de produtos agrícolas e dos metais na pauta de exportações

guido avançar no mercado mundial graças a uma política tributária que privilegia a taxa sobre a matéria-prima e alivia a carga sobre produtos intermediários e finais, além de praticar o chamado “reintegro” (devolução de parte dos impostos aos exportadores). “Esse diferencial tributário representa pelo menos 5%, o que é muito alto nesse ramo. Além disso, as empresas argentinas tiveram seus custos com energia e combustíveis virtualmente congelados”, sustenta Borges.

Para completar, continua ele, a indústria argentina ampliou sua escala de produção, atingindo uma capacidade média por planta instalada quase três vezes superior à brasileira. Borges cita dados apresentados pelo consultor Pablo Adreani, da argentina Agripac Consultores, durante o seminário Perspectivas para o Agrobusiness em 2009 e 2010, realizado em São Paulo no início deste ano. Com 36 indústrias em operação, a capacidade média por unidade na Argentina chega a 4.070 toneladas por dia, frente a 1.421 toneladas/dia no Brasil, com uma centena de processadoras. “A escala maior significa custos mais baixos e maior competitividade, reforçada pelo câmbio mais favorável”, resume Borges.

750 mil toneladas de soja em grão ao longo deste ano, mas não há garantia de que esse volume será alcançado. “Talvez não devamos alcançar, também, a meta de exportar US\$ 520 milhões em 2009”, acrescenta.

Nos últimos anos, a Argentina tem conse-

Câmbio, de novo um problema

O mercado continua favorável e as perspectivas são promissoras, o que permite antever desempenho positivo para a indústria de ouro. Apesar disso, a rápida apreciação do real, nas últimas semanas, colocou as empresas do setor de sobreaviso. “A nossa única preocupação, hoje, diz respeito ao comportamento do câmbio, pois a valorização do real provoca redução de margens e elevação de custos”, afirma Camilo Lélis Farace, diretor executivo da Mineração Serra Grande, classificada entre as 15 maiores exportadoras do Estado.

Nas previsões da empresa, o valor médio do dólar, neste ano, deveria variar ao redor de R\$ 2,20, cotação que permitiria equilibrar custos e aproveitar integralmente o bom momento no mercado mundial de ouro. O câmbio havia despencado, no final de maio, para menos de R\$ 2,00.

A mineradora, resultado de uma joint venture entre a AngloGold Ashanti e a canadense Kinross, destina ao mercado internacional toda a produção de sua planta em Crixás, no Norte goiano, onde opera três jazidas e investe na implantação de sua

quarta mina. São aproximadamente cinco toneladas por ano, que, em 2008, renderam R\$ 274 milhões em receitas.

Ao longo dos últimos dez anos, informa Farace, as exportações da Mineração Serra Grande somaram US\$ 830 milhões, para embarques de 57,5 toneladas de ouro. Tomando-se a vida útil da planta de Crixás, ele projeta um potencial para exportar mais 40 toneladas nos próximos oito anos, contados a partir de 2010, o que poderia render, considerando os preços atuais do ouro, perto de US\$ 1,2 bilhão. “Os valores dependerão da flutuação dos preços e da variação dos resultados operacionais”, declara. ➡

Mineração Serra Grande: potencial para exportar mais US\$ 1,2 bilhão em ouro



Déficit doze vezes maior

O modelo escolhido para o desenvolvimento da indústria tem estimulado a formação de enclaves no setor, sem qualquer vínculo com a região onde se instalaram, analisa o economista Jeferson de Castro Vieira. O professor cita como exemplos a implantação de indústrias de veículos no Estado, que têm operado como simples montadoras de peças, partes, componentes e acessórios importados, com baixa integração com a economia local.

Como reflexo, as compras externas de veículos, suas partes e peças aumentou 16,5 vezes

entre 1999 e 2008, passando de US\$ 68,738 milhões para US\$ 1,135 bilhão. Sozinho, o segmento respondeu, no ano passado, por 37% das importações totais (21,6% em 1999), assumindo fatia de 43% das compras de manufaturados (25,8% em 1999). As montadoras foram ainda responsáveis pelo aumento exponencial do déficit comercial no setor de produtos manufaturados.

Entre 1998 e 2008, as importações de manufaturados aumentaram 11,7 vezes, chegando a US\$ 2,635 bilhões no ano passado. As ma-



Vieira: diversificação ainda concentrada na agroindústria

nufaturas importadas representaram 88% desse crescimento. Como as exportações desses produtos limitaram-se a US\$ 244,527 milhões no ano passado, o déficit comercial, nesta área, atingiu US\$ 2,390 bilhões, perto de 77% maior do que em 2007 (US\$ 1,351 bilhão) e mais de 12 vezes acima do déficit registrado em 1998 (US\$ 196,750 milhões). ■

NA ONDA DAS COMMODITIES

(Exportações goianas, valores em US\$ milhões)

Período	Exportações (total)	Básicos	Agronegócio	Complexo soja	Complexo carnes
1998	381,67	254,93	265,06	201,51	32,03
1999	325,89	205,17	210,28	143,42	34,79
2000	544,86	404,07	404,13	332,85	38,68
2001	595,27	425,46	462,08	287,60	100,85
2002	649,31	471,39	503,50	319,55	114,94
2003	1.103,19	900,73	920,06	655,50	178,97
2004	1.413,11	1.175,60	1.238,10	786,31	294,43
2005	1.817,39	1.519,95	1.599,15	1.025,20	392,94
2006	2.093,11	1.696,34	1.853,25	848,28	760,46
2007	3.184,78	2.653,11	2.408,94	879,77	1.068,72
2008	4.091,75	3.486,61	3.186,63	1.634,13	1.164,38

Fontes: Secex/Mdic e Mapa

RESULTADO POR SETOR

(Valores em US\$ milhões)

Período	Saldo comercial (excluindo agronegócio)	Saldo do setor de manufaturados
1998	(19,497)	(196,750)
1999	(91,404)	(240,912)
2000	(130,422)	(289,307)
2001	(184,893)	(302,757)
2002	(127,474)	(251,467)
2003	(153,528)	(270,852)
2004	(412,012)	(440,445)
2005	(473,581)	(514,401)
2006	(715,082)	(779,478)
2007	(867,953)	(1.351,51)
2008	(2.091,04)	(2.390,52)

Fontes dos dados brutos: Secex/Mdic e Mapa - Elaboração: Goiás Industrial



Com dinheiro do BID. E da CNI

Programa conjunto de investimentos pretende criar rede local de suprimentos e reforçar a cadeia automotiva

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) investirão US\$ 6,5 milhões em programas de desenvolvimento territorial em Goiás e outros três Estados: Acre (madeira e móveis), Espírito Santo (rochas ornamentais), Pernambuco (complexo portuário de Suape). Em Goiás, o projeto tem como foco o setor automobilístico com atuação nas cidades de Anápolis e Catalão, onde se encontram indústrias âncoras como a Caoa-Hyundai, John Deere e Mitsubishi.

Desde o ano passado, a Fieg realiza diversos encontros com empresários, prefeituras municipais, instituições de ensino e pesquisa, juntamente com representantes das instituições que compõem o Sistema Indústria (IEL, Sesi, Senai e ICQ Brasil) a fim de definir as ações e alinhar as estratégias de desenvolvimento do projeto. Ao mesmo tempo, promove a articulação e a mobilização dos setores públicos e privados para a iniciativa. “O projeto, especialmente neste primeiro ano, está voltado para a organização dos atores locais e para o desenvolvimento de pesquisa, muita pesquisa, muito estudo, para que se tenha um retrato fiel da realidade dessas localidades”, explica Walmir Telles, coordenador de projetos especiais do Senai, instituição do Sistema Fieg.

Gerente-executivo de Cooperação Internacional da CNI, Renato Caporali acrescenta que o projeto busca o incremento da competitividade das empresas direta ou indire-



Linha de montagem da Mitsubishi em Catalão: recursos para adensar a cadeia



“Os recursos serão aplicados em inovação tecnológica, soluções de logística e capacitação de mão de obra”

Renato Caporali, gerente-executivo de Cooperação Internacional da CNI

tamente ligadas ao setor, estimulando o crescimento da economia regional. “Os recursos serão aplicados em estudos e pesquisas visando à inovação tecnológica, buscando soluções de

logística e a capacitação de mão-de-obra, de acordo com as necessidades apresentadas em cada município.”

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis, Ubiratan da Silva Lopes, essa é uma oportunidade de qualificação das pequenas empresas fornecedoras de autopeças. “Nossa expectativa é de que possamos, por meio das ações, qualificar as empresas para que alcancem o nível de qualidade exigido pelas indústrias automotivas instaladas no Estado e, assim, se tornem fornecedoras de produtos que hoje são importados.”

APL SOB AVALIAÇÃO

Em maio, estiveram em Goiás o especialista do BID, Francisco Albuquerque, e a assessora da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Michele Mamede, para conhecer as potencialidades, limitações e perspectivas socio-políticas e econômicas da região onde será implantado o projeto de desenvolvimento territorial. A agenda contou com reuniões e visitas a órgãos e instituições em Goiânia e Anápolis. Os visitantes foram recepcionados e acompanhados por diretores e assessores da Fieg, do Senai e Sesi.



QUENTINHA E GOSTOSA

Projeto leva alimentação saudável, balanceada e nutritiva a canteiros de obras da construção civil em Goiás

■ Débora Orsida

O mestre-de-obras Waldir dos Santos, de 47 anos, há dois anos na Prumus Engenharia, de Goiânia, está surpreso com a novidade. Nunca havia trabalhado em uma empresa que oferecesse refeição a seus colaboradores. E aponta um detalhe, que desde o primeiro dia chamou sua atenção e dos colegas de canteiro de obras: “A alimentação é gostosa, chega aqui quentinha e a gente pode comer à vontade. É igualzinha à comida lá de casa.”

O pedreiro Antônio Marques dos Santos, de 52 anos, confirma a impressão de Waldir e destaca pormenor conhecido por todos mas que, pela circunstância de trabalhar em canteiro de obras, muitas vezes é desprezado: comida feita na hora é mais saudável. “Antes eu trazia o almoço de casa, tinha que esquentar e isso não é bom; comida requentada não faz bem para o estômago, pode dar gastrite. Agora é bom demais.”

Assim como Waldir e Antônio, os 150 colaboradores da Prumus usufruem o benefício

de almoçar na empresa graças à experiência desenvolvida por indústrias do segmento em Goiás. Trata-se do programa Alimentação Saudável na Indústria, que mobilizou parceria entre o Serviço Social da Indústria (Sesi), a Cooperativa da Construção Civil do Estado de Goiás (Coopercon), o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon) e o Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci), destinada a fornecer refeição de qualidade aos operários e, consequentemente, garantir maior produtividade.

Nova mentalidade

Além do almoço, a Prumus oferece também o café da manhã aos colaboradores. “O resultado é positivo, eles estão mais saudáveis e dispostos, já que temos uma refeição balanceada e nutritiva”, destaca Helen Regina de Oliveira Ribeiro, engenheira civil e representante da diretoria da empresa.

Iniciado em novembro do ano passado, o programa atende atualmente sete indústrias em canteiros de obras, onde mais de 400 funcionários almoçam todos os dias, com a garantia de desfrutar de comida saborosa, nutritiva e de qualidade. Um dos idealizadores da experiência, o diretor de saúde do Seconci, Ricardo José Roriz Pontes, também diretor da Ebeg Engenharia, considera o programa Alimentação Saudável na Indústria um marco na construção civil em Goiás por provocar mudança de mentalidade. Ele destaca que a ideia nasceu em decorrência da grande demanda registrada no Seconci, responsável pela saúde



Antônio dos Santos, da Prumus Engenharia:
“Igualzinha à comida lá de casa”

dos trabalhadores do segmento, de pessoas com problemas decorrentes de má alimentação, como gastrite, pressão alta e obesidade.

As refeições são servidas em marmitas térmicas, com separação de espaço para salada. No caso de empresas com mais de 50 funcionários, é montado o self-service. Tudo é feito seguindo as porções prescritas pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) do governo federal. “Nos preocupamos em oferecer uma alimentação feita com carinho e com todos os nutrientes necessários, já que os operários realizam trabalho braçal e precisam repor as energias gastas”, explica a nutricionista Suzane Fleury, gerente da Real Food Alimentação, empresa responsável por fornecer as refeições.

Ela elogia a iniciativa das indústrias de investir no programa. “Oferecer uma alimentação saudável é valorizar o colaborador. O empresário trabalha com uma equipe mais satisfeita, mais produtiva e com mais saúde. Nessa relação ganha o funcionário, ganha o patrão.”

Suzane acrescenta que o PAT é destinado a melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, com repercussões positivas na qualidade de vida, redução de acidentes de trabalho e aumento da produtividade. Instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976 e regulamentado pelo Decreto nº 5, de 14 de janeiro de 1991, o programa prioriza o atendimento a pessoas de baixa renda, isto é, quem ganha até cinco salários mínimos mensais.

O presidente do Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci Goiás), José Augusto Florenzano, parceiro do projeto, aponta ganhos da empresa com a implantação do Alimentação Saudável. “Queremos reduzir a possibilidade do funcionário adoecer por conta de uma refeição muito rica em gordura e sal, e o próprio trabalhador ganha em qualidade de vida. Aliás, a área da construção civil tem uma quantidade muito grande de pessoal com hipertensão.” ■

QUALIDADE DE VIDA

■ Atuando desde 1979 no ramo de incorporação e construção civil, a Enec Engenharia Ltda. aderiu, em fevereiro, ao Alimentação Saudável. “Hoje, os trabalhadores estão visivelmente mais dispostos e, além disso, vão menos ao médico”, conta Adriana Moreira Castilho, responsável pela área de Responsabilidade Social da Enec Engenharia Ltda. Nilton Faleiro, coordenador de Atividades Fim do Sesi Goiás, também destaca a aceitação do programa. “Todos são beneficiados. Funcionários da indústria, que têm uma refeição balanceada, nutritiva e saborosa, e o empresário, que tem uma equipe motivada, saudável e produtiva.” Paralelamente, outros benefícios apontados por ele são palestras, no canteiro de obras, sobre hábitos alimentares, cuidados com a alimentação, tabelas nutricionais, dentre outros temas destinados a proporcionar conhecimento sobre como garantir qualidade de vida.

EMPRESAS PARTICIPANTES DO ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

- Consciente Construtora e Incorporadora
- Ebeg Eng. Com. e Indústria
- Enec Engenharia Ltda.
- Eplan Eng. Planejamento e Eletricidade Ltda.
- Florenzano Estruturas Metálicas
- Prumus Const. e Empreendimentos
- Sobbe Construtora

SERVIÇO

- Mais informações sobre o programa Alimentação Saudável na Coordenação de Atividades Fim do Sesi Goiás, telefone (62)3219-1360



Todos à mesa: alimentos balanceados reduzem problemas de saúde e aumentam produtividade

A hora certa é agora

COMO AS
EMPRESAS PODEM
SE DESTACAR EM
UM MOMENTO
DE CRISE,
TRANSFORMANDO
DIFICULDADES EM
OPORTUNIDADES
DE ALAVANCAR
SEU NEGÓCIO

A palavra crise deriva do grego krisis e seu significado define situações de mudança, não necessariamente negativas, mas certamente decisivas para as corporações. As grandes crises na história da economia e da política, num sentido amplo, foram definitivas para determinar rumos e redesenhar as estruturas do mundo corporativo.

A depressão de 1929, nessa linha, desencadeou o processo de industrialização do Brasil. Com falta de dólares para financiar suas importações, o País teve de produzir aqui dentro o essencial para que sua economia continuasse funcionando. A Segunda Grande Guerra causou a destruição literal do Japão, em outro exemplo. O país precisou ser reconstruído, com a ajuda

fundamental dos Estados Unidos, que forneceu os meios e os mercados para isso.

O ritmo da reconstrução japonesa tornou-se um marco histórico. Naquele momento, surgiram ferramentas da qualidade que são estudadas e aplicadas até hoje. Isso prova que crise é um momento de mudança e as escolhas certas fazem toda diferença.

A questão que se coloca, a partir desses exemplos, está diretamente relacionada à escolha de formas de gestão que permitam manter a empresa saudável em um momento de crise. Na era da informação, afirma o superintendente do ICQ Brasil, Paulo Galeno Paranhos, o mercado tornou-se volátil, vulnerável e muito mais exigente. A competitividade nas organizações depende de conhecimento, tecnologias avançadas, criatividade e planejamento.

A estratégia, prossegue Paranhos, tornou-se fator determinante para uma organização se manter saudável e competitiva. Mas acompanhar o ritmo acelerado das informações exige que a alta direção desça do topo da pirâmide para traçar objetivos coerentes com a realidade, reforça o superintendente do ICQ Brasil. “Para estabelecer estratégias eficazes é preciso contar com o nível tático, principal responsável pelos resultados alcançados”, acrescenta.

“Em momentos de crise, é necessário estabelecer uma agenda positiva dentro da empresa, com palestras e disseminação de informações técnicas e econômicas”

Ubiratan da Silva Lopes,
presidente do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis, presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), e diretor da Lajes Vibracon



Participando das decisões

As empresas já estão cientes de que precisam contar com seus colaboradores para se destacar e consolidar sua presença no mercado. Como reter talentos tornou-se, então, uma preocupação e, para isso, avalia Paranhos, “é necessário desmistificar o ‘poder sobre’ – o que reinará nesse momento é o poder com as pessoas”.

A delegação de poder, ou empow-erment, para recorrer a um termo muito atual, comprovadamente motiva pessoas, que se sentem mais comprometidas quando envolvidas no processo de tomada de decisões dentro da empresa, observa Paranhos. “É importante ressaltar que além de estudar o mercado e investir em pessoas, o sistema de gestão da qualidade abrange todo o processo de gestão e facilita na tomada de decisão. Portanto, um sistema de gestão da qualidade é fator determinante para gerenciar com eficácia mo-

QUANDO A CRISE FAZ CRESCER...

■ Numa avaliação da empresa antes e depois da aplicação da norma ISO 9001, Ralph Waldo Rangel, representante da direção da empresa ARWR, mais conhecida como Seta Sistemas, considera que o sistema de gestão de qualidade permitiu agregar formas de controle e novos procedimentos, “com medições e avaliação de resultados, que nos deram tranquilidade e visibilidade para superar desafios diários e enfrentar situações inesperadas.”

■ Num exemplo claro, afirma Rangel, a crise financeira mundial, que surpreendeu governos, bancos, empresas e analistas, paradoxalmente foi positiva para a empresa. “Estamos vendendo e prestando serviços em quantidade e qualidade como nunca” comemora. Segundo ele, desde 2005, quando concluiu o processo de certificação, a Seta Sistemas foi reconhecida pelos clientes como empresa sólida e bem posicionada comercialmente.

mentos de mudança, pois ele possibilita uma visão sistêmica.”

Conforme Paranhos, não há como falar em sistemas de gestão voltados para a qualidade sem mencionar a NBR ISO 9001, norma baseada em oito princípios: foco no cliente, liderança, envolvimento de pessoas, abordagem de processos, abordagem

sistêmica para a gestão, melhoria contínua, abordagem factual para tomada de decisões e parceria com fornecedores. A aplicação correta dessa ferramenta, continua o superintendente, permite às empresas desenvolver rotinas que limitam a necessidade de retrabalho e reduzem perdas, assegurando a qualidade do produto final.

Satisfação em primeiro lugar

Disputando um mercado exigente e em constante desenvolvimento, número crescente de construtoras tem procurado a certificação de seus sistemas de gestão da qualidade, seguindo as normas estabelecidas especificamente para o segmento, consolidadas no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H). Segundo Moacyr Soares Moreira, diretor técnico da empresa Moreira Ortence, “a empresa se transformou após a implantação do sistema de gestão da qualidade”.

Antes disso, o processo decisório e as informações estavam concentrados em um grupo reduzido de pessoas. “Os mesmos serviços eram feitos de maneiras diferentes, o histórico da empresa ficava na cabeça de alguns, não

existiam treinamentos, não havia registros.” Ao longo do processo de certificação, alcançada oito anos atrás, a empresa conseguiu se profissionalizar, tornando-se mais competitiva, ao adotar uma visão de futuro antes ausente. “A equipe de colaboradores está mais comprometida, melhor preparada, treinada e engajada. Além disso, os fornecedores foram melhores selecionados e qualificados”, testemunha Moreira.

Entre outros resultados colhidos pela construtora, o diretor relaciona a maior satisfação do cliente com a entrega de produtos padronizados e de maior qualidade. “Essa satisfação pode ser mensurada na avaliação que a construtora faz após a entrega de cada empreendimento”, reforça Moreira. ➡



Rangel: “Estamos vendendo e prestando serviços em quantidade e qualidade como nunca”

Uma questão de sobrevivência

Diante de uma demanda inconstante, reflexo da crise, a oferta ao mercado de produtos de qualidade tornou-se mais do que obrigação, uma questão de sobrevivência para as empresas. Aqui dentro e, principalmente, lá fora. Não foi por outro motivo que o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) editou a Instrução Normativa 33, que estabelece normas para certificação de unidades armazenadoras.

O aprimoramento dos sistemas de gestão e controle da qualidade dos alimentos armazenados, analisa o assessor econômico da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FaeG), Pedro Arantes, ganha importância especial num momento em que a eficiência torna-se peça chave na comercialização de produtos agrícolas. Os processos de secagem, limpeza e estocagem por certo período, prossegue Arantes, podem afetar a qualidade dos produtos e esta só poderá ser preservada se os serviços de armazenagem forem eficientes, condição que deverá ser atestada por uma empresa certificadora.

“O comprador, seja de outro Estado ou de outro país, terá maior segurança se o produto tiver como origem um armazém devidamente certificado, o que facilita todo o processo de negociação, surgindo mesmo a possibilidade de acerto de um adicional sobre o preço do produto”, afirma o assessor. Arantes faz questão de destacar que já houve avanços na profissionalização dos armazenadores na região Centro-Oeste, embora ainda exista “muita desconfiança em relação à qualidade do grão devido às péssimas condições de armazenagem no passado.” A exigência de certificação, embutida em instrução normativa do Mapa, acredita Arantes, deverá contribuir para “resgatar e fortalecer a confiança dos compradores.”

Diante de todos esses fatores, retoma o superintendente do ICQ Brasil, Paulo

Arantes: “O comprador terá maior segurança se o produto tiver como origem um armazém certificado”



AVANÇA DEMANDA POR CERTIFICAÇÃO

As exigências do mercado e a pressão exercida pelas oscilações da conjuntura econômica provocam incremento na demanda pelos serviços do ICQ Brasil, atesta seu superintendente, Paulo Galeno Paranhos. O setor empresarial tem buscado não só aplicar normas e sistemas de gestão conhecido, mas vem desenvolvendo, em alguns casos, “seus próprios requisitos normativos para assegurar a conformidade de seus produtos”, afiança Paranhos. Como exemplo, cita ele, empresas que participam do Programa Goiano de Qualidade de Lajes (PGQL) buscaram o ICQ Brasil para auditar sistemas de gestão e atestar a qualidade de seus produtos.

Ubiratan da Silva Lopes, presidente da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia) e diretor da Lajes Vibracon, sustenta que, em momentos de crise, é necessário estabelecer uma “agenda positiva dentro da empresa, com palestras e disseminação de informações técnicas e econômicas.” O objetivo é “conscientizar colaboradores da necessidade de união e maior participação” de forma a minimizar custos e ampliar a produtividade, o que permitirá à empresa sair fortalecida da crise, “que deverá ser longa e de consequências imprevisíveis”, completa. Nesse contexto, Lopes defende a criação de ferramentas que possibilitem atingir os objetivos propostos. E, na sua avaliação, “com certeza uma delas é a certificação de produto, ou seja, produzir com qualidade em um menor espaço de tempo, diminuindo perdas, criando com isso maior visibilidade e credibilidade para a empresa e para os colaboradores que nela trabalham.”

Galeno Paranhos, a adoção de sistemas de gestão de qualidade deve ser considerada “indispensável para gerenciar com eficácia e garantir solidez nas empresas em momentos de adversidades, pois se o princípio do marketing é atender aos desejos e às ne-

cessidades dos clientes, o objetivo da gestão voltada para a qualidade é fazer com que eles sejam entregues”. Para ele, isso garante produção eficiente nas empresas e gera credibilidade. E melhor, arremata, “resulta em clientes fiéis e satisfeitos.” ■



Edson Tavares

superintendente do Porto Seco Centro Oeste S/A
e especialista em logística

“Os portos secos têm se consolidado e aperfeiçoado seus serviços diante de uma concorrência acirrada”

Aposta na logística multimodal

Investimento. Sem dúvida esta é ou, pelo menos, deveria ser; a palavra de ordem no setor de logística multimodal do Brasil, o principal ator do comércio entre diferentes Estados e países e o responsável por poder – ou não – proporcionar o crescimento de nossa participação no cenário econômico internacional.

Porém, entraves políticos, diferenças de interesse ou opiniões, além da famosa burocracia e da lentidão governamental, acabam resultando em um processo pouco acelerado de desenvolvimento da infraestrutura e dos serviços logísticos no País. Como exemplo, podemos citar a Ferrovia Norte-Sul, que teve o início da sua construção em meados da década de 80. Dos papéis aos trilhos, essa obra só agora está recebendo investimentos efetivos e se tornando uma realidade.

O “carro chefe” dos modais de transportes no País, o rodoviário, ao mesmo tempo em que se configura como a nossa maior potência, é também a nossa maior carência. Outro setor que necessita de investimentos em infraestrutura é o hidroviário. Responsável por apenas 3% da movimentação de mercadorias no País, o uso desse modal oferece, além de otimização de tempo e redução de custos, benefícios ambientais.

O setor portuário (portos marítimos e portos secos) vem se expandindo. Os 8,5 mil quilômetros de costa navegável no Brasil ainda demandam muitos investimentos para se comparar com outros países, mas vale ressaltar que, nos últimos dois anos, os principais portos marítimos brasileiros aumentaram sua



competitividade e produtividade com o aprofundamento de seus cais. Os portos secos têm se consolidado e aperfeiçoado seus serviços diante de uma concorrência acirrada, dando a eles maior fluxo de movimentação de cargas e eficiência para seus usuários.

O panorama econômico de Goiás, em relação ao comércio exterior, vem melhorando a cada ano. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, em 2000 exportávamos US\$ 544,864 milhões e importávamos apenas US\$ 374,289 milhões. Em contradição à realidade econômica global, o Estado vem, ano a ano, aumentando significativamente sua participação no mercado internacional. Fechou 2008 com um recorde na balança: US\$ 4,092 bilhões em produtos exportados e quase US\$ 3,050 bilhões em importações.

Respeitáveis multinacionais dos setores

automobilístico e farmacêutico “vestiram a camisa” goiana. A localização estratégica da região se completa com um serviço portuário eficiente, multimodalidade de transporte e mão de obra especializada.

Para garantir e, até mesmo, fomentar este desempenho, é inevitável que os projetos logísticos estaduais e federais se consolidem. Otimista, o setor de logística em Goiás vem avançando lentamente e, principalmente, contando com a participação do setor privado. As expectativas para os próximos anos são as melhores possíveis com os projetos da Plataforma Logística Multimodal de Goiás (PLMG); o avanço da Zona Franca de Manaus; a Ferrovia Norte-Sul; a Zona de Processamento de Exportação, o aeroporto cargueiro de Anápolis e a ampliação do Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia.

Muito além da otimização de tempo e da redução de custos, a multimodalidade significa, para o Estado, a interligação de todo o seu território a outros centros econômicos do Brasil, logo, ao mundo todo. Daí, a necessidade de se consolidarem esses projetos e criarem-se novas condições que permitam atrair investimentos para Goiás. Potencializar sua capacidade de receber, escoar e armazenar cargas, assim como investir nos modais aeroviário e hidroviário, somará esforços para crescermos.

Temos o privilégio de ser, naturalmente, “multimodais”. Agora precisamos ser, artificialmente, “multimodais” e contemplados por esses projetos para nos tornarmos centro logístico do Brasil. ■



VERDÃO

/// Durante recente passagem de Lula por Goiânia, André Luiz Baptista Lins Rocha, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás (Sifaçúcar), em momento descontraído, presenteou o presidente com uma camisa do Goiás Esporte Clube.



EXTERIOR

/// Wellington Carrijo, da Retífica Mercosul, só tem motivos para comemorar. O empresário foi um dos participantes de feiras recentes de peso, juntamente com industriais goianos de pequeno, médio e grande porte. Roberval Dias Martins, da Alca Foods (Itumbiara), marcou presença em importante feira de alimentos de Lisboa (Portugal), enquanto João Mendes, da Flex Base (Aparecida de Goiânia), foi um dos integrantes da comitiva de empresários moveleiros que viajaram para Milão (foto). Outros industriais goianos também viajaram para Hannover, cidade que fica às margens do Rio Leine, na Alemanha, e ganhou fama por sediar as maiores feiras do mundo. Além de acesso a novidades nos respectivos campos de atuação, a viagem possibilita contatos e prospecção de negócios.



LENTEs

Industrial do segmento de metais (Metal Forte), Tarcísio Pina é também fotógrafo de mão cheia. Ganhador de prêmio no antigo Salão Flamboyant, em 2004, ao imprimir belas imagens em espelhos gigantes, ele inaugura novo site com seu acervo fotográfico. Ao todo, são mais de 500 registros de diversos lugares do mundo, enquadrados de forma exclusiva e poética com base numa visão clássica da fotografia. O endereço eletrônico é www.mundofotos.com.br.

BIBLIOTECAS

Funcionários de indústrias e a comunidade de Catalão e Minaçu comemoram a inauguração nessas cidades de mais duas bibliotecas do programa Sesi Indústria do Conhecimento. Instaladas em unidades integradas das instituições, dirigidas, respectivamente, por Antônio Ilídio e Josué Moura, possuem acervo de livros diversos e terminais de computadores com acesso à internet. O serviço, gratuito, é fruto de um projeto que conta com parceria do MEC e prevê, ainda, exibição de filmes e realização de palestras abertas à comunidade.

TECNOLOGIA

A fábrica de Domingos Sávio Gomes de Oliveira em Planaltina (GO) está prestes a lançar novo produto, que também será retirado da rocha calcária. Além do hidróxido de cálcio produzido pela indústria minerquímica do Grupo Pirineus, que também tem como sócios Nilo Bernardino Gomes e Raimundo Viana Dutra, agora é a vez do carbonato de cálcio precipitado. Existem apenas três fábricas do gênero no Brasil e, segundo Domingos Sávio, muitas empresas precisam buscar a matéria-prima em fábricas de países como a Inglaterra. Ele diz que a substância nobre fabricada a partir do reaproveitamento do gás carbônico poderá ser utilizada na fabricação de pasta dental, tintas, produtos farmacêuticos, indústria de PVC e tubos.

QUALIDADE DE VIDA

Beyle de Abreu Freitas, vice-diretor de assuntos corporativos da Refresco Bandeirantes, inaugura nova empreitada ecologicamente correta. Um café da manhã realizado no início de junho marcou o lançamento de novo centro de distribuição da empresa na Rua 70, no Centro. A novidade, que deveria servir de exemplo para outras iniciativas similares, é que de lá, em vez de caminhões, sairão triciclos para atender 450 clientes da região. A ideia é diminuir trânsito, poluição e movimento nas ruas.



PREMIADA

Ângela Sebba (Sicmol) recebeu recentemente, no clube Monte Líbano, em São Paulo, o Prêmio Revenda 2009, mais um para sua estante. O reconhecimento nacional por lojistas de todo o Brasil também foi motivo de festa em sua indústria entre os 300 funcionários, que já estão trabalhando na nova fábrica em Aparecida de Goiânia. Genuinamente goiana, a empresa está presente em mais de 6 mil pontos de venda do território nacional.

Sindifargo

Prêmio de qualidade

A empresa Gênix Indústria Farmacêutica, do grupo Purifarma, recebeu o Prêmio Sindusfarma de Qualidade 2009 nas categorias fabricante de cápsulas gelatinosas duras, fornecedores de matérias-primas (fármacos e excipientes) e fabricantes de excipientes nacionais. A entrega do prêmio ocorreu em São Paulo no fim de maio, com a participação de representantes da empresa e do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo).

Sindileite

Menos impostos

Celebrado em 1º de junho, o Dia Mundial do Leite foi marcado por protestos e reivindicações. Reunidos na sede da Fieg, Sindileite, Faeg, Centroleite e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) cobraram a redução da carga tributária sobre toda a cadeia produtiva.

Sindicer

Comenda Araguaia

Em sessão especial da Assembleia Legislativa de Goiás, dedicada ao Dia Internacional do Meio Ambiente, a Cerâmica Santo Antônio, de Mara Rosa (GO), recebeu a Comenda Araguaia, destinada a pessoas ou empresas que contribuem para a preservação ambiental. A empresa executa o Projeto de Reflorestamento com Eucalipto Urofila e integra o Sindicato das Indústrias Cerâmicas no Estado de Goiás (Sindicer-GO).



Simelgo

PALESTRA JURÍDICA

A diretoria do Simelgo promoveu, no último dia 4 de junho, palestra com o advogado Rafael Lara Martins (*foto*), professor de Direito da Universidade Católica de Goiás (UCG) e sócio do escritório Miranda, Missao, Martins & Advogados Associados. Martins falou aos associados do sindicato sobre a questão das horas extras e a conveniência de pagá-las ou não.

Sicma

Vários olhares

Como parte do Projeto Acessibilidade em Anápolis, o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário (Sicma), em parceria com Associação Comercial e Industrial (Acia), Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e prefeitura municipal, promoveu, entre os dias 22 a 29 de maio, a pesquisa Vários Olhares sobre a Praça Bom Jesus (*foto*).



Siva

Incentivo às confecções

Reunidos no Núcleo Regional da Fieg em Anápolis, no dia 9 de junho, empresários do setor de confecções e representantes do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis e do sindicato de trabalhadores no setor, além de representantes da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), Senai Goiás e Sebrae, decidiram criar o Núcleo Setorial da Confecção para estimular o desenvolvimento do setor na cidade. A iniciativa terá apoio do Sebrae, por meio do Projeto Empreender, destinado a incentivar a consolidação de micro e pequenas empresas.



Recorde de público e negócios

O 5º Feirão Imobiliário de Anápolis, realizado entre 4 e 6 de junho, no estacionamento do Brasil Park Shopping, com apoio do Sicma, recebeu 8 mil pessoas e registrou a oferta de mais de 2 mil imóveis, com valores entre R\$ 50 mil e R\$ 400 mil, financiados pela Caixa Econômica Federal.



“É muito importante que o País crie uma política energética séria para os próximos 10, 20 e 30 anos”

Jacinto de Souza Júnior
Mestre em Gestão e Planejamento pela Universidade
de Pernambuco e gerente regional de negócios da SHV
Gás Brasil (Supergasbras e Minasgas)

Matriz energética brasileira

Em se tratando de matriz energética, temos que mencionar as recentes descobertas do pré-sal como um dos maiores trunfos que o Brasil possui. Acredito que esta descoberta veio num momento muito importante para o Brasil e servirá como moeda de troca com as principais economias do mundo em muito breve, principalmente a partir de 2020, quando haverá leve escassez nas reservas mundiais, o que permitirá nos posicionar estrategicamente.

Segundo dados do Ministério de Minas e Energia divulgados recentemente, em 2008, a oferta interna de energia (OIE) no Brasil cresceu 5,6%, atingindo 252,2 milhões de toneladas equivalentes de petróleo. Esse crescimento é da mesma ordem de grandeza da variação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, conforme dados divulgados pelo IBGE. O consumo de eletricidade, incluindo os montantes atendidos pela autoprodução (geração própria de consumidores), cresceu 4,0%.

O aumento da participação do gás natural na matriz energética nacional em um ponto porcentual, atingindo 10,3%, é um dos destaques entre os resultados apurados em 2008, mesmo assim não suficiente para atender à demanda interna (em situações normais, diferentemente da crise atual), que é praticamente o dobro da oferta.

Contudo, o maior problema apresentado pelo gás natural é a questão do tamanho dos



gasodutos brasileiros. Para se ter uma ideia, temos no Brasil algo em torno de 15 mil km de gasodutos, o que é muito pouco. Só na Argentina esse número ultrapassa os 100 mil km. Pior ainda se comparado com os EUA, que têm mais de 1,600 milhão de quilômetros de gasodutos.

Ainda segundo os dados do Ministério de Minas e Energia com relação aos combustíveis líquidos, destaca-se a continuada expansão no consumo de etanol (+ 17,7%). Também foi significativo o aumento no consumo de óleo diesel (+ 7,7%), refletindo o dinamismo da

economia nacional nos primeiros dez meses do ano, impactando a atividade de transporte rodoviário. Uma boa notícia para o País e para o meio ambiente é que o consumo de energias renováveis cresceu nas últimas décadas atingindo, em 2008, 54,7% de todo consumo nacional.

As indústrias por sua vez continuam sendo movidas pela energia elétrica, que representa mais de 20%, seguida pelo bagaço de cana (18,8%), carvão mineral (12,5%), gás natural (10%), carvão vegetal (6,8%), lenha (7,6%), óleos combustíveis (5,3%) e mais de 18,7% de outras fontes diversas (biomassas, biodiesel, coque de petróleo, etc).

O gás liquefeito de petróleo (GLP) deve ampliar sua participação na matriz energética nacional, visto que é um combustível limpo, nobre e com escala de produção crescente já a partir de 2010. Outro fator é que o GLP é mais competitivo em consumos de pequeno e médio porte do que o gás natural e pode ser utilizado como backup para as grandes indústrias. Na Europa, por exemplo, o GLP é ainda utilizado em diversos segmentos, como combustível para automóveis leves, pesados, lanchas, lareiras, etc.

É muito importante que o País crie uma política energética séria para os próximos 10, 20 e 30 anos. É preciso compor uma cesta de energéticos que, bem utilizados, segmentados, atendam à demanda de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. ■

Em fase de mudanças: os três sócios inspecionam as obras da nova sede da recém-criada Halex e Istar

A FUSÃO QUE CRIOU UM LÍDER

Istar e Halex uniram forças para assumir a liderança no mercado brasileiro de soro

Primeira indústria de soluções parenterais de grande volume instalada no Estado, a Química Istar Ltda. nasceu em 1959, precisamente há meio século. Oito anos depois, surgiu o Laboratório Hipodermia Halex Ltda., também especializado na produção de soluções parenterais de grande volume, mas que incluía, em seu portfólio, soluções de pequeno volume, antisépticos e detergentes. A história das duas empresas se cruzaria de forma definitiva em 1970, quando os sócios decidiram fazer a fusão dos dois negócios.

Nasceu, naquele ano, o Laboratórios Halex e Istar Ltda., com disposição para buscar novos horizontes e brigar pelo mercado nacional de soluções parenterais, comandado pelos sócios Zanone Alves de Carvalho, Heno Jácomo Perillo e Geraldo Rezende – este último falecido em julho de 1990 e

substituído na gestão da empresa pela atual diretora Margareth Maria Alves de Rezende.

Aos 26 anos, já consolidada no mercado brasileiro, a empresa adotou nova programação visual e alterou a razão social para Halex Istar Indústria Farmacêutica Ltda. Com mais de 1,1 mil funcionários e filiais em São Paulo e no Recife, a indústria produz 50 milhões de unidades, das quais 5% são destinadas ao mercado internacional.

A Halex Istar atravessa, neste momento, nova fase de investimentos e de modernização, direcionados para a expansão de sua capacidade, desenvolvimento e lançamento de produtos e migração das embalagens de sistema aberto para sistema fechado, que permite o total isolamento da solução e evita contaminações.



Heno Jácomo Perillo e Zanone Alves de Carvalho: nova fase de investimentos prepara empresa para expansão



Eja - Educação de Jovens e Adultos.

O Programa permite mais que o acesso de pessoas à educação de qualidade.

Ele promove o resgate da cidadania, da

dignidade e abre a porta para o mundo do

trabalho. Conheça o EJA e veja como a educação

pode transformar a vida dos colaboradores e o desempenho das empresas.

Conheça outros serviços na área de educação do Sesi no site **www.sesigo.org.br**

Fone: (62) 3219-1300

A CERTIFICAÇÃO PROPORCIONA PRODUTOS E SERVIÇOS MAIS COMPETITIVOS E CONFIÁVEIS



Procure os serviços oferecidos
pelo ICQ Brasil e acerte no alvo



Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Seu parceiro para o desenvolvimento.

Telefone: (021) 2018-1307 • www.icqbrasil.org.br